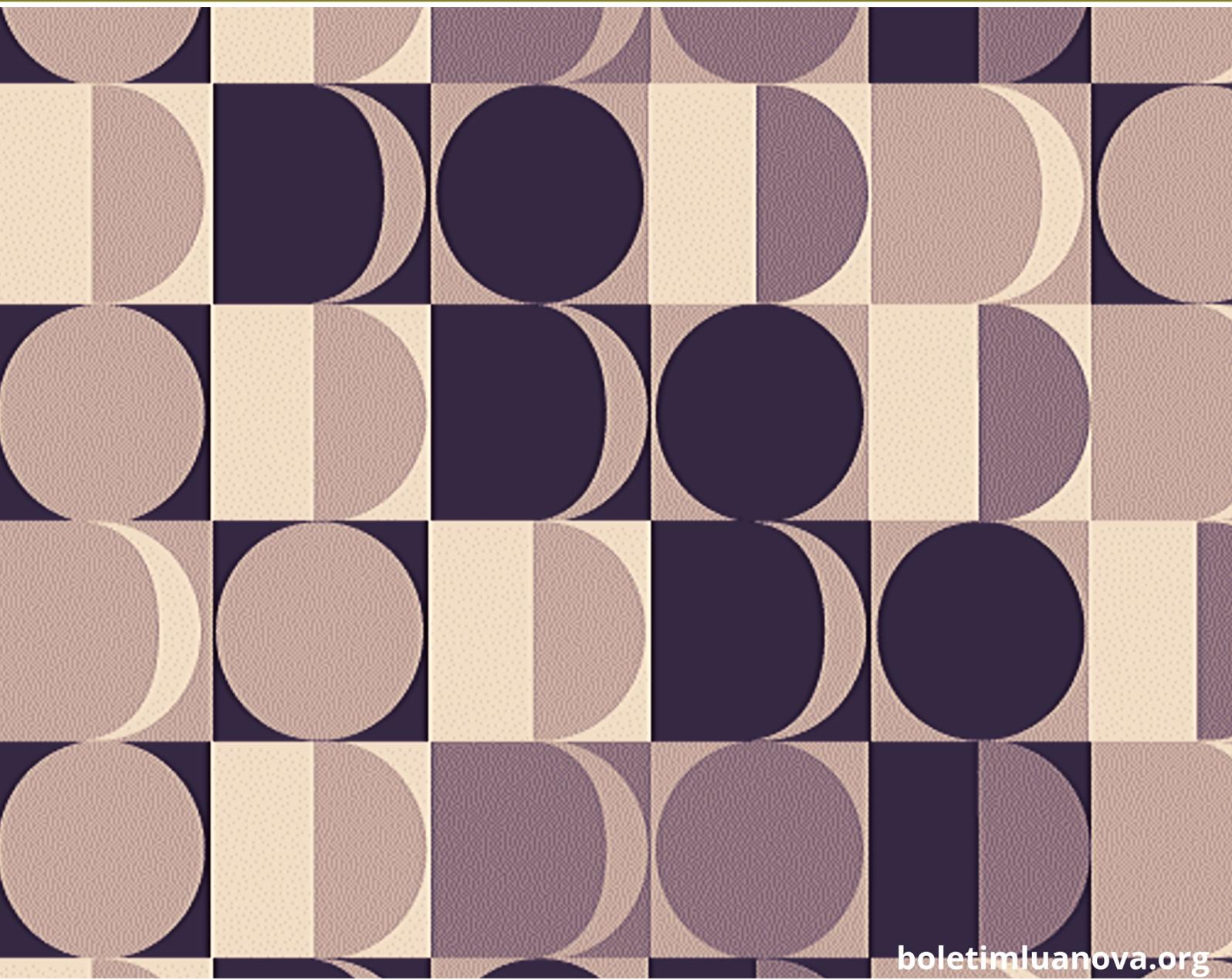




BOLETIM LUA NOVA

N.4, agosto de 2019



boletimluanova.org



BOLETIM LUA NOVA 2019

Página web: <https://www.boletimluanova.org>

E-mail: boletimluanova@cedec.org.br

O Boletim Lua Nova é uma publicação quadrimestral

Comissão editorial

Álvaro Okura

Unicamp

Angelo Lira

NEAI-IPPRI, ODR

Carla Vreche

Unicamp

Isabella Meucci

Unicamp

Leonardo Octávio Belinelli de Brito

USP

Natália Mello

USP

Raniery Parra

UnB

Colaboradores

Andréia Fressatti

Unicamp

Giovana Sabino

Unicamp

Rodger Richer

INCT-INEU

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC

Rua Riachuelo 217 4º andar, sala 42 - Sé, São Paulo - SP

São Paulo, Agosto de 2019



BOLETIM LUA NOVA N.4

Ca@ leitor@,

Finalmente, veio à luz o quarto número do Boletim Lua Nova. Se aceitássemos a sempre arriscada empreitada de articular materiais diversos sobre temas também distintos que compõem esse número, talvez pudéssemos dizer que estamos diante de um número que reflete os imensos desafios das ciências sociais, brasileira e internacional, na atual conjuntura.

Um primeiro sinal disso é encontrado nas notícias acadêmicas que compõem o Boletim. Se, por um lado, as ciências sociais locais podem chegar a comemorar iniciativas institucionais bem-sucedidas, como os 50 anos do IESP-UERJ, é inegável que isso ocorre em um momento em que suas reproduções material e cognitiva estão diretamente ameaçadas, como indicam o corte de verbas e os ataques à sua produção científica.

Se as ciências sociais brasileiras estão imersas na crise social que assola o mundo contemporâneo, pode-se dizer que a própria crise, nas suas múltiplas facetas, vem constituindo-se em tema privilegiado da reflexão teórica. Por exemplo, a reflexão de Diarlison Silva da Costa sobre *A democracia impedida*, de Wanderley Guilherme dos Santos, livro no qual o cientista político carioca aborda os desafios da democracia representativa no mundo contemporâneo. De outro ângulo, esse é também o assunto de *Feminismo para os 99%: um manifesto*, de Cinzia Arruzza, Heci Regina Candiani e Nancy Fraser, que é apresentado por Barbara Cristina Soares. O aprofundamento da democracia é também a questão de fundo da tese de João Brandt, que versa sobre o papel político da mídia nacional.

Outra faceta da crise aparece na questão dos direitos humanos, tratada nas resenhas de Carla Vreche sobre *É preciso salvar os direitos humanos*, de Lindgren Alves, e da tese de Emerson Maione. Embora sob outros ângulos, a mesma questão encontra rebatimento no ensaio bibliográfico de Fabio Candotti sobre trabalhos acerca da questão do crime em São Paulo e na resenha de tese de Laís Azevedo sobre a aplicação de políticas migratórias em aeroportos nacionais.

Enfim, pelo que se vê, esse número do Boletim Lua Nova dá continuidade ao mote que lhe deu origem: continuar a pensar a democracia. É com esse espírito que recuperamos textos de Francisco de Oliveira (1933-2019) e Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes (1950-2019), dois grandes intelectuais que, até seus últimos dias, foram comprometidos com a democratização da sociedade brasileira. A eles, dedicamos o presente número.

Comissão Editorial
Boletim Lua Nova

SUMÁRIO

Notícias acadêmicas.....	4
<i>IESP-UERJ comemora 50 anos.....</i>	<i>4</i>
<i>SBPC lança campanha de conscientização contra os cortes em bolsas de pesquisa .</i>	<i>4</i>
<i>Nota da SBS em defesa do CNPq</i>	<i>4</i>
<i>Nota de Repúdio da ABA ao plano de proibição da discussão de gênero nas escolas .</i>	<i>5</i>
Resenhas de livros.....	8
<i>ARUZZA, Cintia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99% - um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019 - Barbara Cristina Soares Santos.....</i>	<i>8</i>
<i>LINDGREN-ALVES, José Augusto. É preciso salvar os direitos humanos. São Paulo: Perspectiva, 2018 - Carla Vreche.....</i>	<i>11</i>
<i>Resenha de: SANTOS, W. G. A democracia impedida: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017 - Diarlison Costa.....</i>	<i>14</i>
Resenhas de teses.....	18
<i>O Justo e o Verdadeiro: uma genealogia da justiça de transição pela análise da parceria entre o Internacional Center of Transitional Justice e a ONU - Emerson Maione.....</i>	<i>18</i>
<i>Crimigração como prática securitária no Aeroporto Internacional de Guarulhos (2010-2017) - Laís Azeredo Alves.....</i>	<i>20</i>
<i>A atuação das empresas de televisão como grupo de interesse: estratégias e táticas de pressão no caso da política de classificação indicativa - João Caldeira Brant Monteiro de Castro.....</i>	<i>24</i>
Ensaio bibliográfico.....	26
<i>Uma micropolítica da redemocratização: 7 livros sobre crime, segurança e prisão em São Paulo - Fabio Magalhães Candotti.....</i>	<i>26</i>
Revisitando os clássicos.....	34
<i>Notas sobre o imbróglio do governo Lula, 2005 - Reginaldo Moraes.....</i>	<i>34</i>
<i>A volta e a reviravolta - Francisco de Oliveira.....</i>	<i>49</i>



NOTÍCIAS ACADÊMICAS

Essa seção pretende reunir informações e notícias acadêmicas que dialoguem com os interesses dos leitores da Lua Nova

IESP-UERJ COMEMORA 50 ANOS

Entre os dias 26 e 27 de setembro será realizado, na sede do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), um seminário para celebrar os 50 anos da instituição. Fundada em 1969 no antigo IUPERJ e incorporada à UERJ em 2010, a pós-graduação do Instituto tem sido durante todo esse período um espaço privilegiado de reflexão sobre a democracia e as desigualdades brasileiras.

SBPC LANÇA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA OS CORTES EM BOLSAS DE PESQUISA

Na última quarta-feira (4), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) lançou a campanha "Ciência, pra quê Ciência?". O objetivo é chamar a atenção da sociedade para os cortes no financiamento para bolsas da Capes e do CNPq e o seu impacto para o desenvolvimento da ciência no Brasil. A campanha convida todos os estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, para participar e enviar seus vídeos para serem divulgados nas redes sociais da SBPC.

Acesse o link abaixo para saber mais:

<http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/1-os-cortes-afetam-suas-pesquisas/>

NOTA DA SBS EM DEFESA DO CNPQ

Brasília e São Carlos, 20 de Agosto de 2019

A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) manifesta sua preocupação com as recentes notícias a respeito da falta de recomposição do orçamento destinado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, bem como com sua possível extinção. O CNPq foi criado em 1951 e desde então vem servindo ao Brasil e à sua população. Em seus 68 anos de existência tem garantido a formação de muitas gerações de pesquisadores e cientistas como principal agência de fomento à pesquisa científica no Brasil, o CNPq é responsável direto pela criação e manutenção de



um ambiente altamente competitivo e dinâmico. O CNPq é uma das fontes de financiamento público da ciência brasileira, que assim como os países e as regiões mais prósperas do mundo, não prescinde de recursos públicos para a produção do conhecimento científico. Nos EUA e na Europa, a grande maioria dos recursos utilizados para este fim são públicos.

No Brasil, o financiamento oferecido pelo CNPq permitiu a inserção de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros em instituições estrangeiras e possibilitou a presença de renomadas e renomados cientistas no Brasil, estreitando colaborações e criando redes de pesquisas cujos resultados cobrem todas as áreas do conhecimento. Além disso, o CNPq fomenta a ligação entre as universidades públicas, suas contrapartes privadas e o mercado financeiro. Além de sua importância para pesquisadoras e pesquisadores, os recursos oriundos desta agência, são responsáveis pelo desenvolvimento de novas tecnologias, descobertas e aperfeiçoamentos no campo saúde e também pelo estudo, planejamento e implementação de políticas públicas destinadas à diminuição da violência e das desigualdades sociais e econômicas. Tem, portanto, grande responsabilidade na melhoria das condições de vida da população brasileira.

Os efeitos de uma eventual paralisação das atividades do CNPq não se limitarão à imediata perda de bolsas e à diminuição das oportunidades de pesquisa, mas se farão sentir a médio e longo prazo com a perda de importância da pesquisa brasileira mundo afora. Seus efeitos, também, recairão negativamente sobre a sociedade brasileira, destino final de todo o esforço das universidades, institutos de pesquisa e de suas pesquisadoras e de seus pesquisadores.

Além disto, em um mundo cada vez mais marcado pela circulação de conhecimento e das pesquisadoras e de pesquisadores, o corte de recursos e o risco de extinção, submeterá o Brasil a enormes perdas econômicas, intelectuais e sociais o que colocarão a perder os esforços e as conquistas herdadas em quase sete décadas de existência do CNPq.

Considerando, assim, a vital importância desse órgão, a SBS une-se a diversas outras entidades, universitárias ou não, no clamor para que o governo federal atue de modo responsável e correto diante da comunidade científica brasileira e faça a recomposição orçamentária e afaste qualquer possibilidade de extinção do CNPq.

NOTA DE REPÚDIO DA ABA AO PLANO DE PROIBIÇÃO DA DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS

A Associação Brasileira de Antropologia, através de seu Comitê de Gênero e Sexualidade, vem a público manifestar forte repúdio às proposições de Jair Bolsonaro e



João Dória que visam proibir a discussão de gênero na escola.

No dia 3 de setembro, o presidente Bolsonaro postou no twitter que demandará do MEC um Projeto de lei que “proíba ideologia de gênero (sic) na escola”, considerando que tal é uma prerrogativa federal de acordo com a AGU diante de várias legislaturas estaduais ou municipais terem feito algo neste teor (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/bolsonaro-pede-a-mec-projeto-de-lei-para-proibir-ideologia-de-genero.shtm>). Esta é a primeira vez que ele demanda abertamente uma legislação anti-gênero. Entretanto, desde 2015, 16 projetos de lei anti-gênero foram encaminhados ao legislativo, vários dos quais em 2019 por parlamentares ligados à base governista, sendo que seis deles pretendem criminalizar a difusão de “ideologia de gênero”. (<https://sxpolitics.org/mapping-of-bills-against-gender-ideology-in-the-house-of-representatives/20082>). O ataque de Bolsonaro se deu exatamente na semana em que a pesquisa de opinião pública do DataFolha mostrou o crescimento da desaprovação de seu governo. Essa proposta, no entanto, vai contra os marcos legais da educação.

Nesta mesma semana, o governador do estado de São Paulo, João Dória, que pretende atrair o eleitorado conservador, aproveitou para ordenar que fossem recolhidas as apostilas de ciências atualmente em uso nas escolas públicas. (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml?>). Tal atitude também não encontra amparo na legislação. Estas apostilas, destinadas a estudantes do 8º ano do ensino fundamental, contêm apenas informações sobre prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, identidade de gênero e orientação sexual, e seu conteúdo visa oferecer informações para a promoção da saúde e do respeito entre colegas e nas escolas. Pouco antes, Carlos Moisés, governador de Santa Catarina e membro do PSL, partido do presidente, postou no youtube um vídeo afirmando que vai proibir a “ideologia de gênero” na educação pública do estado.

Cabe notar que tais propostas ferem frontalmente os marcos legais, tanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como a própria Constituição, segundo especialista do Ministério da Educação (<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nao-tao-simples-assim-diz-membro-do-cne-sobre-tentativa-do-mec-de-proibir-discussao-de-genero-nas-escolas-23925067>). O embate legal torna-se evidente diante do caso de Manaus, no qual a Câmara Municipal recorre agora ao STF, depois de que o Tribunal de Justiça do Amazonas declarou inconstitucional a lei estadual aprovada em 2017. (<https://amazonasatual.com.br/vereadores-querem-proibir-debate-sobre-genero-nas-escolas-de-manaus-e-apelam-ao-stf/>)

Reafirmamos o entendimento de que gênero circunscreve um campo teórico plural e interdisciplinar que se desenvolve desde os anos 1970, baseado em um amplo espectro de pesquisas empíricas, construídas de acordo com metodologias científicas e com



reconhecimento acadêmico internacional. Gênero é um conceito utilizado por várias ciências (humanas, biológicas e da saúde) para a interpretação crítica de processos relacionados a desigualdades sociais e formas diversas de violência e de violação de direitos fundamentais. As relações, desigualdades e violências relacionadas a gênero já fazem parte da vida cotidiana não apenas de pessoas adultas, mas também de crianças, adolescentes e jovens, inclusive no espaço escolar. Discutir na escola questões relacionadas às relações de gênero e à diversidade de orientação sexual e de expressões de gênero é fundamental para prevenir a violência contra as mulheres, pessoas LGBTI e grupos mais vulneráveis. Os estudos também demonstram que é pela educação que podemos promover uma sociedade menos desigual e violenta.

O termo “ideologia de gênero” carece de embasamento científico, funcionando como categoria acusatória que tem sido usada sistematicamente para propagar um “pânico moral” que visa coibir debates sobre educação sexual, o combate ao feminicídio e às violências contra mulheres e pessoas LGBTI, e o respeito à diversidade sexual e de gênero. Além disso, a atual “caça às bruxas” baseada em ideologias ultraconservadoras contrárias a qualquer debate sobre gênero se torna de fato uma perigosa perseguição aos profissionais da educação e afronta às liberdades democráticas e de cátedra presentes na Constituição Federal.

Tais propostas como as do Governo Federal e dos Governos Estaduais de São Paulo e Santa Catarina, por fim, não apenas são um escandaloso ataque a pautas cada vez mais necessárias na atualidade, sobretudo no campo da educação, como têm sido usadas oportunisticamente para claros fins político-eleitorais. Mais do que nunca, por fim, reafirmamos a importância de combatermos tais pânicos morais e de defendermos o debate sobre gênero e sexualidade no campo da educação em prol de uma sociedade mais justa, mais igualitária, e mais respeitosa no que diz respeito à multiplicidade de identidades e de compreensões de si no Brasil contemporâneo.

Setembro de 2019

Associação Brasileira de Antropologia e seu Comitê de Gênero e Sexualidade



RESENHAS DE LIVROS

Essa seção conterá resenhas de livros recém-publicados que possam ser do interesse dos leitores de Lua Nova

**RESENHA DE: ARUZZA, CINTIA; BHATTACHARYA, TITHI;
FRASER, NANCY. FEMINISMO PARA OS 99% - UM MANIFESTO.
SÃO PAULO: BOITEMPO, 2019.**

Barbara Cristina Soares Santos

Mestranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

Em 8 de março de 2019, foi lançado em oito países o livro *Feminismo para os 99% - um manifesto*, escrito conjuntamente pelas teóricas Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. A versão brasileira foi publicada com capa vermelha e um interior de letras e margens roxas, mostrando já nas cores a proposta principal do projeto: um feminismo radicalizado de caráter anticapitalista em resposta ao feminismo liberal que dialoga com o atual sistema neoliberal.

Talíria Petrone, que assina o prefácio à edição, se encarrega de oferecer um sentido aproximado do manifesto aos olhos brasileiros. A professora de História e deputada federal descreve a atual situação política do país a partir de diferentes histórias de mulheres brasileiras, exploradas, marginalizadas e silenciadas, na certeza de defender a importância de um feminismo que seja por todas elas.

Após o prefácio, há uma introdução denominada “Encruzilhada” que demarca o contexto histórico no qual o livro é escrito: por um lado, uma conjuntura de crise capitalista neoliberal que fortalece o hegemônico feminismo liberal, e por outro lado e em resposta a isso, o surgimento de uma primavera feminista que se reverbera em greves por todo o mundo, de caráter antipatriarcal e anticapitalista. As teóricas, com isso, chamam todas as leitoras e leitores à responsabilidade de posicionamento e comprometimento político no caminho que se seguirá a essa encruzilhada. Assim, o manifesto é uma escolha definida, com ethos radical e transformador, de um feminismo que promova outra sociedade, não como utopia, mas como realidade viável.

Para isso, o objetivo proposto pelas autoras é mostrar a partir de 11 teses, em vez de capítulos, porque o caminho certo a seguir é o das greves internacionais feministas e porque é imprescindível que esse movimento se una a outros agrupamentos antissistêmicos para finalmente se tornar um feminismo para os 99%. As teses começam com um chamado internacional, no qual as autoras indicam o início dessa



nova onda do movimento grevista feminista, que teria ocorrido em 2016, quando mais de 100 mil polonesas paralisaram e seguiram em manifestação contra a proibição do aborto. Essa marcha se estendeu até a Argentina com o movimento Ni Una a Menos e se disseminou pelo Brasil, Itália, Turquia, Peru, Estados Unidos, Chile, México entre muitos outros países. Tal movimento transnacional ganhou mais força em 8 de março de 2017, quando o Dia Internacional das Mulheres foi repolitizado por meio de uma greve geral que retomava as origens históricas da classe trabalhadora e do feminismo socialista do começo do século XX, em oposição à constante despolitização da data causada pela publicidade.

Ao longo das teses, é possível notar uma ponte que as autoras buscam destruir: o populismo reacionário e o neoliberalismo progressista que fazem aliança com o feminismo liberal. O populismo de direita, vigente atualmente em muitos países, intensifica práticas supremacistas brancas, além de o monopólio da violência do Estado que assassina diariamente a população negra e pobre. As respostas de algumas vertentes do feminismo branco e liberal a esse contexto são desastrosas, pois se mostram racistas – ao apoiar projetos imperialistas com a falsa ideia de libertação das mulheres de suas culturas tradicionais – e, por consequência, universalizam as questões de mulheres brancas e de classe média. Além disso, muitas vezes priorizaram o gênero em detrimento de um reconhecimento racial para produzir uma falsa igualdade e solidariedade entre mulheres.

O neoliberalismo aparece como a versão progressista do populismo reacionário, constituindo sua outra face. Ele debilita silenciosamente todos os movimentos radicais em favor da classe trabalhadora enquanto incita alternativas compatíveis com sua ideologia, como o feminismo liberal, uma corrente perigosa e danosa à luta das mulheres focada no Norte global e numa pequena parcela de mulheres privilegiadas, as quais conseguem altos salários e cargos burocráticos e empresariais iguais aos homens de sua classe, ajustando-se à ideia de “diversidade corporativa” e meritocracia em detrimento de ideais de liberdade e igualdade para todas. Portanto, o feminismo liberal contribui diretamente para o crescimento da desigualdade e ainda terceiriza a opressão ao compactuar com a precarização do trabalho de mulheres racializadas, de baixa renda e de outras etnias, que, na maioria das vezes, realizam o trabalho doméstico e de cuidado para mulheres brancas privilegiadas.

As autoras reafirmam, todavia, que o feminismo liberal não é historicamente a única via feminista. Na verdade, esse movimento interseccional que as teóricas propõem já teria um longo caminho, traçado há muitas décadas pelas feministas negras e marxistas: “As feministas negras produziram reveladoras análises sobre a intersecção entre exploração de classe, o racismo e a opressão de gênero, e recentes teorias materialistas queer desvelaram importantes elos entre o capitalismo e a reificação opressiva de identidades sexuais” (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 120).

Seguindo então a tradição da luta das mulheres negras, as teóricas defendem que é



impossível a libertação das mulheres, e conseqüentemente de todos, em uma sociedade racista e imperialista. Paralelamente, consideram que a origem de todas essas formas de opressão é o capitalismo, promotor da ideologia do trabalho livre e assalariado fundamentado no apagamento de populações exploradas, saqueadas e escravizadas pela colonização das terras africanas e indígenas.

Por conseguinte, para as autoras, é no sistema capitalista que se origina não somente a exploração de uma classe dominante sobre outra, como também a opressão de um gênero sobre outro. Sendo assim, o sexismo é parte fundante na estrutura capitalista. Muito embora a subordinação das mulheres já existisse anteriormente em outras formas de sociedade, o capitalismo moderniza o sexismo a partir de novas estruturas institucionais, promovendo feminicídio, homofobia e transfobia. Por isso, é central no livro a crítica à dicotomia fundamentada na divisão de gênero e que se reflete na separação entre trabalho pago e não-pago.

Sendo um tipo de trabalho não remunerado que envolve criar, cuidar, educar e desenvolver seres humanos, a reprodução social é mundialmente realizada por mulheres; porém, esse trabalho, na sociedade capitalista, não tem reconhecimento material, de valor de trabalho. Isso se torna mais perverso porque o trabalho de produção de pessoas é vital, complexo e essencial para a produção de lucros, sendo posteriormente instrumentalizado em favor de projetos imperialistas. Portanto, a reprodução social, enquanto trabalho doméstico e de cuidado, contribui diretamente na possibilidade de cada sujeito trabalhar fora, de forma assalariada, o que, segundo as autoras, seria a chamada "força de trabalho" de Marx. É a criação e o cuidado da formação de pessoas que encarnam e moldam a vida e a força de trabalho dos seres humanos, de modo a produzir sujeitos normalizados e moralizados que sejam subservientes ao serviço do capital. Assim, a reprodução social torna-se entrecruzada com a dominação e sua luta para superá-la. Por essa razão, para se fortalecer, o capitalismo depende da opressão de gênero, da organização da reprodução social alicerçada numa divisão racial, sexista e heteronormativa, o que provoca às mulheres uma violência fundida entre espaço público e privado, atravessada interseccionalmente, forçando as mulheres negras e imigrantes ao trabalho doméstico e de cuidado precarizados.

Diante disso, no lugar da ortodoxa visão da luta de classes nas fábricas, as autoras conferem centralidade ao que designam como "reprodução social" na sociedade capitalista. Essa discussão sobre o marxismo tradicional é feita no posfácio do livro que, bastante embasado no debate marxista, retoma uma das suas referências bibliográficas fundamentais, o Manifesto Comunista de Marx e Engels, publicado há cerca de 170 anos. Por isso, as autoras fundamentam algumas transformações teóricas necessárias dessa obra, levando em conta a contemporaneidade, que oferece novos desafios.

As autoras complexificam o pensamento de Marx ao defender que o capitalismo esconde algo além da mais-valia: ele encobertaria sua própria origem, que seria a mão de obra não remunerada de reprodução social de pessoas, sem a qual o capitalismo não



teria trabalhadores para explorar. As duas formas de produção, a de lucros e a de pessoas, são, portanto, reciprocamente constitutivas, e sua distinção é analítica e hierarquizada, o que se dá em função do capital. Por isso, o objetivo principal das lutas de reprodução social é priorizar a produção de pessoas no lugar da produção de lucros.

A tentativa, portanto, de Feminismo para os 99% - um manifesto é repensar e reinventar uma luta de classes marxista. Enquanto muitas correntes da esquerda se mantêm defendendo um entendimento abstrato e homogêneo de classe como unificador e enxergando movimentos feministas e antirracistas como separatistas de uma luta maior, Arruzza, Bhattacharya e Fraser defendem que a própria conjuntura política mostra que a figura tradicional do trabalhador branco e militante é insuficiente para dar conta da realidade – o que anteriormente já se colocava como problema. A questão é justamente não permitir o apagamento e a banalização dessas diferenças, o que só contribuiria para o neoliberalismo se apropriar cinicamente do ideal de “diversidade” enquanto mascara o caráter predatório do capital. Diante disso, o manifesto rejeita tanto o reducionismo de classe de esquerda como o neoliberalismo progressista, reivindicando, em contrapartida, um universalismo que se origine da multiplicidade de lutas vinda das classes baixas.

Referências bibliográficas

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99 % - um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2015.

RESENHA DE: LINDGREN-ALVES, JOSÉ AUGUSTO. É PRECISO SALVAR OS DIREITOS HUMANOS. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2018.

Carla Vreche

Doutoranda em Ciência Política pelo IFCH/Unicamp e membra do Conselho Editorial do Boletim Lua Nova. Bolsista FAPESP (nº 2018/16992-6). E-mail: carlavreche@gmail.com

O atual cenário político internacional é bastante diverso daquele dos anos 1990 e início do século XXI, no qual os direitos humanos eram tidos como tema de importância global. Sem dúvidas, algo está mudando desde então. O ar político que paira sobre nossas vidas pesa com a desvalorização da “última utopia”, aquela que foi considerada a alternativa restante às utopias políticas do século XX (MOYNE, 2010). Com discursos que contestam a relevância desses direitos, o crescimento da direita populista e a narrativa do “cidadão de bem” são marcas expressivas de nosso tempo. Intrinsecamente relacionados, esses eventos dão base ao apelo feito por José Augusto



Lindgren Alves: *É Preciso Salvar os Direitos Humanos!* Diplomata de carreira, com extensa experiência em órgãos que tratam da matéria, Lindgren Alves tem fornecido importantes contribuições em suas reflexões e produções, que envolvem aspectos da sua vivência no sistema das Nações Unidas, onde ocupa cargo no Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) desde 2002.

Registrada inicialmente em Direitos Humanos como Tema Global (2003) e aprofundada em Direitos Humanos na Pós-Modernidade (2013), o livro *É preciso Salvar os Direitos Humanos* (2018) reforça sua posição no debate entre universalistas e relativistas e dá tom à sua atitude deliberadamente crítica diante das ameaças à legitimidade dos direitos humanos. Nessa obra, Lindgren Alves aponta a necessidade de retomar a aspiração universalista dos direitos humanos e a urgência de se voltar à atenção para o avanço social, esquecida pelo que chama de “militância multicultural hegemônica”. Composto por uma coletânea de doze textos, escritos entre 1996 a 2016, o livro pode ser dividido em dois grandes blocos. No primeiro deles (capítulos 1 ao 7), estão presentes as ponderações críticas mais amplas ao relativismo cultural e seus efeitos no sistema internacional de direitos humanos. No segundo (capítulos 7 ao 12), são apresentados alguns casos que refletem sua preocupação, ou seja, o esmorecimento da matéria e suas consequências. O argumento central – a necessidade de reforçar a universalidade dos direitos humanos – perpassa todo o trabalho.

Do descrédito crescente que ameaça os direitos humanos, o autor identifica causas múltiplas. Desde a falta de comprometimento por parte de países democráticos e desenvolvidos, como mostra a “guerra ao terror”, até a especialização e crescimento do sistema de direitos humanos, sua crítica principal fica reservada à esquerda, que em nome do direito à diferença estaria causando prejuízos com base em um “modismo panfletário pós-moderno”. Para ele, a “esquerda progressista” errou ao se abrir ao “progressismo liberal pós-moderno” do relativismo, pois isso pouco contribuiu para a efetividade dos direitos, especialmente econômicos e sociais, mas não só. Deixando em segundo plano as consequências nefastas do neoliberalismo à condição dos sujeitos, a esquerda criou uma brecha que favoreceu o aumento da receptividade da opinião pública – decepcionada com a democracia e os direitos humanos, especialmente pela violência que a assola – à direita populista.

É a partir disso que Lindgren Alves traça sua extensa e forte crítica ao dito “politicamente correto”. Em sua visão, o discurso particularista do “culturalismo das minorias”, defendido pela esquerda e adotado por funcionários da ONU e membros de movimentos sociais e ONGs, favorece um grupo específico em detrimento da totalidade da igualdade propalada. Esse quadro seria o responsável por aumentar preconceitos existentes, enfraquecendo a ideia dos direitos humanos, e também daria base a fundamentalismos e segregacionismos agressivos. O “conformismo mercadológico” da diferença muda o foco de atenção e esconde as reais razões das violações. Para o autor, o discurso falsamente progressista serve a tendências racistas,



ultranacionalistas e fascistas, representadas em muito pela direita populista. Universalista convicto, Lindgren Alves defende o respeito às diferenças, mas não o que chama de sua “sacralização”.

O desenvolvimento de mecanismos de controle e documentos internacionais para atender demandas específicas, sem que tenham como pano de fundo a ideia de que são criados para o fortalecimento de direitos universais, em sua opinião, também dá margem a excessos que repercutem no enfraquecimento de um sistema já debilitado. Dificultando a prática do trabalho dos órgãos existentes, esses novos dispositivos propalam deveres e exigem reforços financeiros que tanto os Estados quanto a ONU não possuem condições de sustentar. Através de exemplos de sua observação participante no CERD, Lindgren Alves mostra preocupação com a atenção dada a matérias que considera secundárias, como o que aponta ser a defesa essencialista das culturas, em detrimento de assuntos urgentes na ordem do dia, como terrorismo e refugiados.

Apontadas as principais questões que acredita envolver o atual enfraquecimento e fragmentação dos direitos humanos, o autor defende a realização de uma revisão geral de todo o sistema. Além do reiterado reforço da universalidade da Declaração Universal, destacada em Viena (1993), identifica a necessidade de unificação dos procedimentos de comunicações individuais; de uma observância rigorosa dos mandatos dos organismos; de moderação no uso de iniciativas extra-convencionais; e de aumento da independência dos peritos. Em suma, o sistema deve ser corrigido de modo a eliminar o que identifica como sendo os excessos do “politicamente correto” e suas posturas maximalistas, dando preferência à integração das culturas (e não assimilação) à universalidade dos direitos, ao invés da defesa aguerrida do “multiculturalismo” que o caracteriza no presente.

Assim, o debate engajado de Lindgren Alves produz uma reflexão oportuna ao nosso tempo, quando diariamente procuramos respostas para o avanço da direita populista, o enfraquecimento da esquerda e a desvalorização do discurso dos direitos humanos, tão marcadamente evidentes. E, apesar de alguns de seus exemplos carecerem de maior reflexão, especialmente aqueles ligados ao Brasil – como o da visão branda e positiva que possui da instalação de UPPs no Rio de Janeiro ou do uso dos “direitos humanos” em instrumentos de repressão – a contribuição do autor é importante para o debate entre universalismo e relativismo dos direitos humanos, além de compor o conjunto das análises múltiplas e distintas sobre o momento em que vivemos. Sem ainda poder escolher aquela que seria a mais certa, os textos de É preciso salvar os direitos humanos trazem uma resposta possível desde dentro, em uma reflexão crítica da ONU, da militância dos direitos humanos e também dos partidos de esquerda no processo.

A despeito do tom preocupado, por vezes, bastante cético, e explicitamente indignado, Lindgren Alves termina seu texto com uma esperança latente, apontando não apenas caminhos de recuperação, mas demonstrando experiências empíricas e casos



em que a relevância da universalidade dos direitos humanos é evidente. O chamado que faz é substancialmente importante e busca trazer racionalidade à consciência política de uma luta cheia de paixões: como avançar em temas específicos quando não conseguimos ainda consolidar a garantia dos direitos básicos propalados pela Declaração?. Entretanto para além da pertinência e importância específica desse texto, que esclarece aspectos do sistema desconhecidos e indica fontes e responsabilidades, chama atenção uma questão não respondida, que parece não ser considerada em sua proposta de revisão universalista. Tendo reconhecido a universalidade, mas também a existência das diferenças, como gerar integração sem assimilação?

Referências bibliográficas

LINDGREN-ALVES, José Augusto. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. Direitos humanos na Pós-Modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. É preciso salvar os direitos humanos. São Paulo: Perspectiva, 2018.

MOYN, Samuel. The last utopia: human rights in history. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

RESENHA DE: SANTOS, W. G. A DEMOCRACIA IMPEDIDA: O BRASIL NO SÉCULO XXI. RIO DE JANEIRO: FGV, 2017.

Diarlison Costa

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do Grupo de Estudos Legislativos (LEGU/UNICAMP) e do Grupo de Estudos em Política Brasileira (POLBRAS/CESOP).

// Quais são as características genéricas do ‘golpe parlamentar’? Quais os protocolos de execução e as condições que favorecem o êxito da manobra? Quais são as continuidades e diferenças entre o momento antecedente e o desdobramento posterior do golpe parlamentar?” Essas perguntas centrais de Wanderley Guilherme dos Santos constituem o cerne de seu livro *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*, publicado pela editora da Fundação Getúlio Vargas, em 2017. Esse livro, escrito durante o ano de 2016, retoma algumas reflexões outrora feitas pelo autor sobre as características das democracias representativas modernas e os seus desenlaces futuros.



Esse esforço se insere no conjunto de trabalhos que se propõem a refletir sobre os fatores que levaram às crises que culminaram na destituição da Presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff (PT), em 2016. A hipótese principal que o autor levanta conjuga um misto de excitação e provocação. Como resposta, Santos afirma que a origem das crises que levaram ao impedimento da Presidente Dilma dificilmente pode ser analisada fora da fronteira que circunscreve os próprios elementos que constituem as democracias representativas, principalmente as suas configurações no período pós-crise de 2008. Ou seja, não foi um fenômeno adventício à nossa democracia, mas inerente à sua compleição interna, e tem potencial de repetição devido ao aprendizado e reinterpretção das instituições pelos atores políticos.

Com o propósito de elucidar essas questões e apresentar novas hipóteses, o autor elabora uma construção argumentativa acerca do que caracteriza as oligarquias e democracias representativas e os efeitos circunstanciais, econômicos e políticos, que levam aos momentos de crise. Propõe ainda uma comparação com outros períodos de tentativas de golpe já ocorridas na história do país, principalmente com o Regime Militar, observando, sobretudo, o caráter militar em 1964, e o civil em 2016. Para concretizar este objetivo, Santos afirma ser imprescindível descrever e analisar “os antecedentes “necessários ao sucesso momentâneo de golpes parlamentares” (SANTOS, 2017, p. 19).

A construção do argumento do autor é feita em seis capítulos, que, apesar de não seguirem um caminho unilinear, apresentam três partes e propósitos teóricos identificáveis. A primeira é formada pela apresentação dos elementos constitutivos da democracia representativa e suas diferenças em relação às oligarquias representativas. O ponto essencial dessa parte é a ideia de que a passagem da última para a primeira constitui um processo com consequências que podem retornar em momentos oportunos, como os de crise de representação, gerando elementos utilizáveis por oposições interessadas.

Santos retoma sua construção teórica incremental à teoria da poliarquia de Dahl que aparece em seu texto de 1998, no qual insere um novo elemento ao constructo teórico bidimensional daquele autor. Além das características de “institucionalização” e “participação” de Dahl, Santos assevera que a análise das democracias representativas necessita incluir um terceiro eixo para a avaliação da estabilidade democrática: o do controle, ou elegibilidade. Essa inclusão é exclusivamente importante para a definição minimalista de democracia representativa que Santos apresenta retomando de seu texto anterior acima citado.

A segunda parte apresenta os fatores constitutivos da avaliação dos momentos de crise da democracia representativa. Nessa parte, dois aparatos conceituais se fazem importantes: a análise “ecologia política” e dos processos e atores relevantes antecedentes aos momentos de crise. O primeiro é constituído pelo “grau de urbanização do país, o tamanho do eleitorado e a extensão da mobilização social”, que



está mais vinculado à configuração do sistema representativo, seu avanço ou declínio. E o segundo está mais próximo à possibilidade de aprendizado institucional e uso das instituições em favor de grupos descontentes na tentativa de obter o poder. É ele que configura o núcleo dos golpes parlamentares, que se caracterizam pela utilização de subterfúgios e novas interpretações do ordenamento jurídico como justificativa de legalidade do processo.

Os fatores vinculados ao sentimento propulsor da ação golpista não se apresentam mais como os de 1964, quando havia grande medo da ameaça comunista. No golpe de 2016, o motor do processo de crise e rejeição em relação ao governo esteve marcado, em primeiro lugar, pelo repúdio às políticas voltadas a dirimir as desigualdades nacionais defendidas e dirigidas pelo PT. E em segundo, pela proliferação do discurso da “ética na administração dos negócios públicos”, mobilizado pelas oposições conservadoras que baseavam seus argumentos na rejeição da corrupção atribuída ao partido no poder. Sobre esse fator, Santos propõe uma reflexão que remonta aos processos de mudanças na economia e na ecologia política como inerentes ao aparato democrático, por exemplo a proliferação partidária que possibilita o aumento de posições divergentes ao governo.

O terceiro ponto da análise do autor se refere ao formato do golpe parlamentar perpetrado no Brasil, no qual destaca três tipos de fatores principais: os efeitos das mudanças econômicas, principalmente sobre a percepção e descontentamento da classe média em relação à ascensão dos mais pobres; as modificações na ecologia política do país; e o lançamento de fundamentos para futuros golpes a partir de eventos como o do chamado “Escândalo do Mensalão” e da “Operação Lava-Jato”, fenômenos nos quais novas formas de condução jurídica se fizeram presentes, possibilitando rearranjos na condução de novos processos, como o de destituição da Presidente da República.

Santos assevera que o julgamento do episódio conhecido como “Mensalão” e as urdiduras da “Operação Lava-Jato” iniciaram, ou pelos menos apresentaram conspicuamente, as fraturas da condução institucional brasileira, por caracterizarem momentos de usurpação do poder constituinte do povo, por meio das reinterpretações unilaterais do texto constitucional.

Retornando à hipótese do autor, o livro oferece como previsão a conformação e continuidade de processos similares ao golpe parlamentar vivido no Brasil em 2016 como parte do futuro das democracias representativas. Desta feita, Wanderley Guilherme dos Santos conclui a reflexão afirmando que “...o Brasil não restará solitário no conjunto de golpes parlamentares com bênção constitucional. Está apenas anunciando as vicissitudes democráticas do século XXI” (SANTOS, 2017, p. 154).

O livro *A democracia impedida*, apesar de não se deter nos detalhes dos processos antecedentes ao golpe parlamentar de 2016, oferece hipóteses amplas para a averiguação das vicissitudes operadas nos últimos anos e suas consequências para a democracia representativa. Ao apresentar como constitutivos desses processos, fatores inerentes a



essas democracias como funcionais na emergência de novas formas de condução política, essa se torna uma obra inescapável para os que se proponham a analisar os processos de crise democrática e de golpes parlamentares.

Referências bibliográficas

SANTOS, W. G. Poliarquia em 3D. *Dados*, vol. 41, n. 2, Rio de Janeiro, 1998.

_____. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.



RESENHAS DE TESES

Essa seção contará com resenhas de teses de doutorado, recentemente defendidas, feitas pelos próprios autores. O intento é divulgar a produção mais recente nas áreas em que a Lua Nova se destaca

MAIONE, EMERSON. O JUSTO E O VERDADEIRO: UMA GENEALOGIA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PELA ANÁLISE DA PARCERIA ENTRE O INTERNACIONAL CENTER OF TRANSITIONAL JUSTICE E A ONU

Tese de Doutorado em Ciência Política defendida no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2017

A tese teve como objetivos examinar as lutas de saber e disciplinares em torno da constituição da Justiça de Transição (JT) como objeto de saber e as lutas em torno da sua institucionalização global, o que foi feito por meio da análise da parceria entre o International Center of Transitional Justice (ICTJ), a maior Organização Não Governamental (ONG) do campo, e a Organização das Nações Unidas (ONU); por fim, estudou-se como, a JT é inserida e apropriada pelos atuais dispositivos de segurança planetários. Ao analisarmos a JT como conceito e como problema político, buscamos mostrar como ela passou por modificações e deslocamentos contínuos.

Para mapearmos estas constantes modificações e ampliações, utilizamos o método genealógico, sugerido pelo filósofo francês Michel Foucault. Tal método visa examinar as condições de possibilidades dadas, em um determinado período histórico, para a produção de regimes de verdade, de conformação de táticas de governo, da emergência de formas de resistência política e do estabelecimento das mais diversas configurações das relações de poder. Por isso, a genealogia não foca em “objetos” rígidos e supostamente isoláveis do conjunto dos acontecimentos sociais. Voltada às controvérsias ao redor da definição e construção dos diversos “objetos”, a genealogia interpela os acontecimentos, discursos e práticas de poder interessada em identificar quais relações de poder e saber moldaram esse objeto. Como uma determinada questão, causa ou objetivo político é produzido enquanto “problema”, ou seja, enquanto um tema a ser equacionado, teorizado, classificado e regido por um conjunto específico de normas e práticas de governo.

De início, focamos no período do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, marcado pelas chamadas transições para a democracia na América Latina e pela desintegração do comunismo no Leste europeu, do qual partiram as primeiras discussões sobre os modos de auxílio a países que transitavam de um período



autoritário para um período democrático. Assim, formou-se uma rede de políticos, acadêmicos, ativistas e experts, com o suporte de determinadas instituições, que visava formar um saber e possibilitar intervenções políticas para os países em suas transições. Nesse momento, foi criada a expressão “Justiça de Transição” ou “Justiça Transicional”, que visava captar este problema: como oferecer alguma medida de justiça para os países que passaram por períodos autoritários? Nessa tese, examinamos de perto como se forma um consenso normativo de que a JT deveria conter certos elementos: prover uma medida de “justiça”, de “verdade”, de reformas institucionais e de reparações econômicas para os que sofreram sob o jugo autoritário. Mostramos também como tal questão foi principalmente articulada por dois discursos acadêmicos, o do Direito e o da Ciência Política, que posteriormente viriam a ser criticados por outros saberes, como os da Antropologia e o da Criminologia crítica, abrindo todo um questionamento e problematização acerca do estado atual da teoria e prática da JT.

Posteriormente, focamos na formação, na atuação e nos objetivos do ICTJ que, ao lado da ONU, é a principal instância produtora de expertise e de internacionalização da JT. Assim, focamos na parceria entre essas duas organizações para entender e traçar essa internacionalização. Vimos como isso traz uma rearticulação da JT, deslocamento importante para a análise genealógica. No início do século XXI, a JT passou a compor como mais uma “ferramenta” nas Operações de Paz da ONU. Entretanto, argumentamos que mais do que uma “ferramenta”, como se apresenta no discurso oficial, a JT compõe uma tática de um dispositivo, o diplomático-policial, associado à governamentalidade planetária, interessada menos na “justiça” e na “verdade” do que na pacificação e estabilização do potencialmente “desestabilizador” e “ameaçador” Sul Global a fim de minimizar riscos e de evitar a interrupção de fluxos diversos: econômicos, de recursos naturais, de armas, de ilegalidades, tráficos diversos, entre outros. Destacamos como ela passa, então, a fazer parte do complexo estratégico da chamada Paz Liberal, composto de atores estatais, não estatais, civis-militares e público-privado em busca de seus objetivos.

Como conclusão, destacamos como a JT foi muito além de suas formulações originais, que focavam nos problemas transicionais latino-americanos, passando a compor táticas e racionalidades internacionais muito mais amplas, como a construção da paz da ONU, em um processo contínuo de incorporações e gestão de crises de novos problemas sociais, como questões de gênero, desenvolvimento e combate à corrupção. Desse modo, destacamos o lado altamente político de modelos, “caixa de ferramentas” e padrões internacionais que se reivindicam como neutros, independentes e apolíticos. Ao expormos o que chamamos de “tática JT” acoplada aos contemporâneos dispositivos de segurança globais, destacamos essas características desse campo móvel e centrífugo para manter o foco nas lutas, resistências, saberes e práticas que o envolvem e atravessam, em sua história política, efetiva e presente.



A tese se encontra disponível em:

https://www.academia.edu/33743153/O_JUSTO_E_O_VERDADEIRO_UMA_GENEALOGIA_DA_JUSTIÇA_DE_TRANSIÇÃO_PELA_ANALISE_DA_PARCERIA_ENTRE_O_INTERNATIONAL_CENTER_OF_TRANSITIONAL_JUSTICE_E_A_ONU_Transitional_Justice_Geneology_an_analysis_of_the_partnership_between_the_international_center_of_transitional_justice_and_the_UN_

Para pesquisas publicadas baseadas em materiais desta tese, ver:

MAIONE, Emerson. "Justiça de Transição na Teoria das Relações Internacionais: Realismo, Construtivismo e as Possibilidades de um Engajamento Crítico". Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.3, n.6, jul./dez., 2014, p. 91-119.

MAIONE, Emerson e RODRIGUES, Thiago. "Genealogia e Agonismo como Metodologia nas Relações Internacionais: Reflexões a partir da Justiça de Transição". Carta Internacional, v. 14, n 1, 2019, p. 153-176.

ALVES, LAÍS AZEREDO. CRIMIGRAÇÃO COMO PRÁTICA SECURITÁRIA NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (2010-2017)

Tese de Doutorado em Relações Internacionais defendida no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2019.

A tese intitulada "Crimigração como prática securitária no Aeroporto Internacional de Guarulhos (2010-2017)" teve como objetivo compreender como ocorre o controle migratório dentro do aeroporto internacional Franco Montoro, localizado na cidade de Guarulhos, no estado de São Paulo.

A prática securitária é o tratamento de uma questão como um problema de segurança, o que inclui o uso de táticas, instrumentos e agentes dessa seara em seu gerenciamento. A crimigração ou criminalização da imigração é uma das facetas desse tipo de técnica governamental, porque associa a política migratória com a política criminal. Isso resulta no entendimento de determinados imigrantes como criminosos (potenciais e/ou de fato), o que pode levar a tratamentos e a punições mais rígidas quando comparadas às penas cumpridas pelos nacionais, como maior tempo de detenção e a



possibilidade de expulsão.

O período histórico analisado diz respeito a dois grandes marcos na gestão dos fluxos migratórios no Brasil. O ano de 2010 refere-se ao início dos fluxos mais enfáticos de haitianos, emigrados em razão do terremoto que destruiu o país e da instabilidade política que afetava a região há décadas. A partir desse momento, a temática migratória recebeu maior notoriedade no cenário público, apesar da ocorrência de outros fluxos, como é o caso dos imigrantes mercosulinos (motivados pelo Acordo de Livre Circulação), embora isso não tenha ocasionado uma mudança na balança migratória que continuou pendente para a emigração.

No que concerne ao Brasil, é importante não olvidar que, apesar de construído por imigrantes, o gerenciamento dos fluxos desde os séculos XIX e XX teve um caráter seletivo, com claros contornos raciais, a partir da priorização de imigrantes brancos em detrimentos de negros e amarelos. A imigração, desse modo, sempre esteve na pauta política do país, embora mais presente em determinados momentos do que em outros. Em razão da inversão na balança migratória com a grande saída de brasileiros, a temática passou a ocupar um lugar de menor destaque no debate público, o que foi modificado com a chegada dos haitianos.

O ano de 2017 refere-se, por sua vez, ao fim da vigência do Estatuto do Estrangeiro, uma normativa criada em 1980, durante a ditadura militar, que possuía como um dos seus princípios o entendimento dos fluxos migratórios como uma questão de segurança nacional. O Estatuto foi substituído em 21 de novembro de 2017 pela lei 13.445, criada a partir da participação ativa da sociedade civil e da academia e cujo cerne era o entendimento do imigrante como sujeito de direitos.¹

O foco no aeroporto de Guarulhos deu-se em função de sua notória importância como maior aeroporto do país, o que lhe torna um dos principais pontos de acesso ao território brasileiro por vias aéreas. Devido a esse contínuo e intenso fluxo de pessoas, os agentes de controle migratório, assim como é de praxe em outros locais no mundo², têm adotado práticas rígidas de controle migratório, para evitar a entrada de pessoas consideradas indesejáveis; ou seja, que não são bem vindas por serem vistas como um problema ou até mesmo uma ameaça ao país. Uma das formas de gerenciar esses fluxos

1 A lei sofreu impactos com os vetos do então presidente Michel Temer e posteriormente no processo de regulamentação, quando foram criadas práticas que iam de encontro à própria lei. Por exemplo, enquanto a nova lei não previa detenção por questões migratórias, o decreto passou a permitir.

2 Para mais informações consultar: AAS, Katja Franko. 'Crimmigrant' bodies and bona fide travelers: Surveillance, citizenship and global governance. *Theoretical Criminology*, v. 15, Issue 3, p. 331 – 346, Aug. 2011. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1362480610396643>.
HERNANDÉZ, César C. G. *Deconstructing Crimmigration*. University of California, Davis, v. 52, 197. Disponível em: https://lawreview.law.ucdavis.edu/issues/52/1/Symposium/52-1_Garcia_Hernandez.pdf.



é a instalação de zonas de trânsito, para onde são encaminhadas as pessoas inadmitidas ou os que estão sob suspeita e ainda não foram liberadas.

No caso do Brasil, o organismo que controla esses fluxos é a Polícia Federal (PF), agência responsável por tratar de questões referentes à criminalidade. A PF possui, tanto em termos normativos internos (resoluções institucionais) quanto no âmbito nacional, no caso a partir do Estatuto, poder discricionário para categorizar admitidos e inadmitidos, com base em critérios objetivos (como falta de documentação), mas também subjetivos, como as definições de ameaça à ordem pública e à segurança nacional. Já a zona de trânsito é chamada de conector e se trata de uma sala, localizada no Terminal 3 do Aeroporto de Guarulhos. O espaço é composto por cadeiras e por dois banheiros, um masculino e outro feminino. Não há sofás, tampouco camas ou cômodos que pudessem servir para o alojamento adequado de indivíduos.

Nos últimos anos, várias notícias lançaram luz sobre o que acontecia nessa sala e sobre o processo de retenção de imigrantes. O objetivo dessa pesquisa foi, então, compreender como ocorria a decisão sobre quem poderia e quem não poderia entrar, quais critérios foram utilizados e por quê. Nesse sentido, a pesquisa permitiu observar a ocorrência de casos de pessoas que ficaram retidas poucos dias, mas também de indivíduos que permaneceram meses no local. Menores de idade, mulheres, inclusive grávidas, e homens compartilhavam o mesmo espaço por semanas, sem que houvesse condições minimamente adequadas para sua estada.

As razões que motivavam essa “retenção” – conforme termo utilizado pelos agentes da PF – estavam, sobretudo, em problemas de documentação, mas também eram resultado de dificuldades de comunicação, já que apenas parte dos agentes fala outro idioma e nesses casos, trata-se majoritariamente do inglês. Muitos imigrantes não conseguiam expressar o porquê de estarem no país e também, em diversas situações, os motivos pelos quais não poderiam retornar ao seu país de origem. Muitos desses casos configuravam refúgio e não havia no local nenhum mecanismo que pudesse evitar esse tipo de violação do Direito Internacional dos Refugiados e da lei brasileira de refúgio (9474/1997).

Era notório, conforme informações adquiridas via conversas informais com agentes do terceiro setor que trabalharam com imigrantes que passaram pelo local e também a partir de dados obtidos via Lei de Acesso à Informação e com a Polícia Federal, que a maior parte dos que eram encaminhados ao conector tinha um perfil étnico nacional específico. Tratava-se, em sua maioria, de jovens homens provenientes de países africanos, como nigerianos e de países asiáticos como Bangladesh e Índia. Por outro lado, quando foram analisados os dados referentes às inadmissões, os números indicavam que as principais nacionalidades eram estadunidenses, canadenses e chineses. Ou seja, havia uma incongruência sobre quem sofria mais inadmissão e quem era encaminhado ao conector.



Uma das perguntas respondidas na tese foi como e por que esse cenário foi possível. Dessa forma, o que se observou foi a presença de critérios subjetivos em determinadas abordagens dos agentes federais. Por exemplo, há uma ênfase maior da polícia em voos provenientes de países menos desenvolvidos, como os que chegam do Marrocos e da Etiópia, porque, segundo a PF, são os voos com maior recorrência de documentação irregular. Nesses casos, a PF, além de uma análise mais rigorosa na documentação, também foca em perguntar sobre as razões de viagem, para checar se o indivíduo veio, de fato, ao país como turista ou se deseja permanecer por razões que vão além do que seu visto permite. Nesse ínterim, o agente responsável faz questionamentos sobre a quantidade de dinheiro, sobre a mala e o local onde viajante vai permanecer. O mesmo tipo de abordagem não ocorre em voos provenientes de países europeus, por exemplo.

Por outro lado, o que explica a razão pela qual os norte-americanos não são encaminhados ao conector é a existência de salas VIP das companhias aéreas provenientes da Europa e da América do Norte. Ao invés de ficarem no conector, as companhias aéreas, que são responsáveis pelas pessoas inadmitidas e que devem custear o seu retorno, alocam esses indivíduos em sua sala VIP, enquanto aguardam o próximo voo. O papel das companhias aéreas no processo de inadmissão pode ser compreendido a partir disso: para evitar gastos com passageiros que possivelmente sofrerão impedimento de entrada, muitas companhias já exercem o controle fronteiriço no momento de check-in.

Assim, foi possível compreender o que e como se dava o controle migratório no maior aeroporto do país em um cenário caracterizado pelo aumento nos fluxos de entrada, ainda durante a vigência de uma normativa securitária e sob o gerenciamento de uma autarquia responsável por questões de segurança. O que se percebeu foi a interferência de diversos fatores nesse controle migratório. Em termos legais, o Estatuto do Estrangeiro e instruções normativas internas da PF, que davam poder de discricionariedade ao agente. Em termos institucionais, o histórico caráter seletivo da política migratória brasileira, que historicamente determina uma separação entre desejáveis e indesejáveis e com claros critérios étnicos presentes. Há ainda o papel central das companhias aéreas que realizam um controle migratório prévio, para evitar gastos com o retorno de passageiros inadmitidos. Por fim, mas não menos importante, cabe destacar o papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na concessão e negação de vistos, aspecto citado no trabalho, mas que merece um maior desenvolvimento em pesquisas futuras.

A tese se encontra disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181209/alves_la_dr_mar_sub.pdf?sequence=5&isAllowed=y



CASTRO, JOÃO CALDEIRA BRANT MONTEIRO DE. A ATUAÇÃO DAS EMPRESAS DE TELEVISÃO COMO GRUPO DE INTERESSE: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE PRESSÃO NO CASO DA POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA.

Tese de Doutorado em Ciência Política defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

A tese buscou compreender como as empresas de televisão mobilizaram seus recursos políticos na defesa de seus próprios interesses no caso da definição da política de classificação indicativa para programas de TV, entre 1990 e 2007, com o objetivo de compor um quadro mais acurado da atuação dessas empresas como grupo de interesse e das relações entre comunicação e política.

Os achados revelam, antes de tudo, uma atuação política forte e permanente das empresas durante duas décadas, sustentada na utilização de estratégias e táticas ordinárias e peculiares, possíveis em função de seu controle de recursos políticos escassos – embora não necessariamente relacionados a seu uso efetivo. O caso evidencia que as empresas de televisão constituem, *per se*, um centro de poder que é interlocutor qualificado do poder político em escala nacional. Ele reforça o entendimento de que a relação entre comunicação e política não pode ser trabalhada apenas na base da influência entre dois campos, mas deve partir do reconhecimento das empresas de televisão como atores políticos.

A análise do caso demonstrou, ao mesmo tempo, uma estratégia sofisticada de autocontenção das empresas no uso de seus recursos políticos exclusivos como forma de obtenção de vantagem política. O uso direto desses recursos, por meio do direcionamento de sua cobertura jornalística e de sua programação, não é a forma principal de exercício de seu poder. O fundamental é o lastro que o controle do acesso à esfera pública confere às estratégias ordinárias de pressão política pelas empresas.

A percepção da complexidade da ecologia da relação entre os campos da política e da mídia é essencial para se compreender o lastro do poder político das empresas. São as diferentes modalidades de relação entre os dois campos – estrutural, institucional, cultural e econômica –, todas relacionadas ao controle de acesso à esfera pública, que compõem os elementos de sustentação que conferem às empresas o poder que elas demonstram na pressão pelos próprios interesses. Assim, se de um lado é no momento de atuar como grupo de interesse que as empresas utilizam seu poder, por outro lado o processo de concentração desse poder só se explica pela combinação dessas quatro modalidades de interação.

No caso da política de classificação indicativa, fica claro que o uso direto dos recursos controlados pelas empresas não foi explorado em toda sua potência, por opção das próprias empresas. O poder real de negociação dessas empresas, Globo à frente,



esteve relacionado a um cálculo dos agentes políticos sustentado na presunção de efeitos a que se referem Timothy Cook, Hans Keppinger e Mauro Porto.

Aqui, contudo, o cálculo não está ligado necessariamente ao tratamento, pela mídia, do tema mesmo a que os agentes políticos estão dedicados (neste caso, a política de classificação indicativa). Os cálculos extrapolam para pelo menos três espaços de disputa: no caso do Poder Executivo, o tom e enquadramento cotidiano da cobertura sobre assuntos de interesse do órgão envolvido (neste caso específico, o Ministério da Justiça) ou do centro do governo. No caso do Parlamento, a capacidade de calibrar a visibilidade – em termos de quantidade e valência da abordagem – de atores que dependem da mídia para manter sua viabilidade política. Para o Judiciário e para atores chave do Executivo (como ministros e presidente), o poder está ligado à capacidade de emprestar reputação positiva ou negativa, condicionando a imagem pública e o prestígio dos agentes políticos.

Trata-se, na prática, da percepção, pela classe política, da hegemonia de um relevante ator político, que se combina, em determinados momentos, com demonstrações pontuais desse poder “à luz do dia”. A combinação de exercício aberto de poder e autocontenção configura estratégia sofisticada de sustentação desta hegemonia.

Entre os indicadores claros do poder das empresas perante o poder público, talvez o mais evidente seja o próprio resultado da política. O caso da classificação indicativa foi aquele, dentre as políticas de comunicação, em que o Poder Executivo foi mais longe na disposição de enfrentamento às empresas. Foi o único, em um período de pelo menos 20 anos, no qual o Governo Federal conseguiu obter vitória em alguma batalha relevante com as empresas. Ainda assim, a decisão do Ministério da Justiça de enfrentar os interesses das empresas de televisão não garantiu a efetiva implantação da política. Se compreendido que, nos últimos 28 anos, em apenas três a política de classificação indicativa esteve de fato em vigor com todas as características que a sustentam, e que a decisão tomada pelo STF em 2016 tornou inócua parte da política do Poder Executivo, fica caracterizado que a vitória do Ministério da Justiça foi um episódio pontual em uma guerra vencida pelas empresas de televisão.

A tese se encontra disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-22022019-181255/pt-br.php>



ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Essa seção abarca ensaios bibliográficos referentes a temas de interesse dos leitores da Lua Nova

UMA MICROPOLÍTICA DA REDEMOCRATIZAÇÃO: 7 LIVROS SOBRE CRIME, SEGURANÇA E PRISÃO EM SÃO PAULO

Fabio Magalhães Candotti

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas e coordenador do grupo de pesquisa ILHARGAS. Atualmente, também coordena o projeto de pesquisa “Linchamentos e segurança de rua em três metrópoles brasileiras” (CNPq).

Entre o fim de 2017 e o ano de 2018, foram lançados sete livros sobre crime, segurança pública e prisões em São Paulo. Escritos que podem ser considerados frutos maduros de engajamentos intelectuais variados e crescidos ao longo de duas décadas, em meio a diálogos intensos entre si. A proximidade das publicações expressa um processo comum e mais amplo, cuja potência encontra-se na sua diversidade, capaz de tornar compreensíveis diferentes processos de transformação histórica que atravessaram a vida paulista e brasileira das últimas décadas. Processos que aí estão, muito vivos, talvez em seu momento mais luminoso e terrível.

Dentre os sete livros, *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*, de Bruno Paes Manso e Camila Dias, oferece uma narrativa detalhada das mudanças nas relações – ou na “guerra” – entre as “cúpulas” do Primeiro Comando da Capital (PCC) e de outras facções brasileiras e entre essas e as “autoridades” da segurança pública e do sistema carcerário. O PCC é, por um lado, definido politicamente, como “governo paralelo” e “sindicato” nas prisões e periferias. É por essa face política – e opressora – que atribuem a ele o protagonismo na grande queda da taxa de homicídios no estado de São Paulo durante os anos 2000. Acontecimento que reaparecerá de modo mais detalhado em outros livros dessa leva. Por outro lado, a facção é uma “agência reguladora” e “uma grande empresa”, principalmente de tráfico de drogas.

A história da expansão da facção é narrada como um deslocamento, no qual o plano econômico prevalece sobre o político. E é analisada tanto como efeito colateral das políticas estatais de segregação territorial, encarceramento e extermínio, quanto pela incapacidade estatal de entender a facção, de agir de maneira coordenada e inteligente para bloquear a atuação da cúpula criminosa, superando as competições internas e garantindo o monopólio legítimo da violência pelo estado. O livro, nesse sentido, aperfeiçoa de maneira muito competente uma narrativa bastante vitoriosa no campo



intelectual e político da esquerda, que sustentou a defesa de uma gestão democrática e humanista da segurança pública e do sistema carcerário nos últimos 30 anos.

Os demais livros se distanciam bastante dessa interpretação, oferecendo narrativas e análises não centradas nos grandes personagens e na oposição entre crime e estado como dois sujeitos em guerra.

O livro de Adalton Marques, *Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*, demonstra como uma “razão democrática e humanista” colaborou na expansão do encarceramento paulista – de 10 mil presos/as em 14 unidades, em 1983, a 240 mil presos/as em 173 unidades, atualmente (com 10 em construção). Essa razão emerge pela estabilização, a partir do governo Franco Montoro (1983-1987), de um regime de enunciação que conectou três noções centrais para o debate público na passagem dos anos 1970 aos 1980: democracia, segurança pública e direitos humanos. Regime que abstraiu essas noções de seus dissensos iniciais – que atravessavam as atuações da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Comissão Teotônio Vilela (CTV) – e deu sentido, ainda nos anos 1980, ao aumento de investimentos no sistema penal e nas polícias, ao apoio à prisão temporária e à deflagração da primeira “operação” policial dos novos tempos “democráticos” (Operação Polo).

Paralelamente, o livro persegue o debate acadêmico, do mesmo período, sobre “criminalidade” e “violência urbana”, demarcado pela oposição teórico-política entre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC). Desse confronto nasce uma Sociologia (paulista) da Violência, institucionalizada em 1987 com a criação do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Três efeitos sustentaram essa invenção: o enfraquecimento de teorias que correlacionam pobreza e criminalidade; a identificação de uma cultura política autoritária entre as classes populares; e a legitimação como ciência de uma teoria institucionalista, que explica a criminalidade – e, como no livro de Manso e Dias, projeta seu enfrentamento – em função das reformas estatais.

Com o *Massacre do Carandiru*, em 1992, essa ciência e a razão democrática e humanista se entrelaçam e passam a informar as denúncias internacionais contra o estado brasileiro e, em seguida, os programas e planos de direitos humanos e segurança pública dos governos estaduais e federais do PSDB entre 1995 e 2002, cujo efeito foi a multiplicação de penitenciárias. Simultaneamente, desaparecem as palavras dos/as presos/as, tão centrais para a militância da década anterior, num silenciamento que se exacerba na medida em que o “crime organizado” desponta como termo-chave. Na sequência, os governos federais do PT intensificam essa conjugação perversa – e neoliberal – entre democracia e punitivismo.

O livro, contudo, não se fecha na crítica e convida ao fortalecimento de uma antiga “esquizofrenia cívica” – assim definida por Paulo Sérgio Pinheiro – do debate público sobre segurança: aquela que permite que as perspectivas institucionalistas dominantes



convivam, mesmo que tensionadas, junto às que buscam correlações complexas entre pobreza e criminalidade e, ainda, com as das pessoas que estão presas e/ou no crime.

Os outros cinco livros reforçam essas duas últimas perspectivas descartadas historicamente pela gestão democrática e humanista da segurança pública. Todos reivindicando a etnografia como processo de conhecimento. Dentre eles, *Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida*, de Daniel Hirata, e *Irmãos: uma história do PCC*, de Gabriel Feltran, oferecem, de maneiras distintas, uma interpretação sociológica sobre o crime em São Paulo, atenta à experiência de quem vive nas fronteiras entre a prisão e as ruas, o legal e o ilegal, o crime, o trabalho e a religião.

Sobreviver na adversidade é norteado pelas trajetórias de três trabalhadores que viveram, entre os anos 1980 e 2000, numa das favelas consideradas mais “violentas” de São Paulo. O primeiro é um “fiscal dos fiscais” do transporte coletivo e, principalmente, dono de uma “birosca”, comércio e ponto de encontro para criação negócios legais e ilegais. O segundo é um ex-perueiro cuja trajetória é marcada pelo processo de regularização do transporte coletivo, no qual convergem transformações na política partidária, nos controles de estado e no crime. Por último, há o “patrão” de uma “biqueira” (ponto de venda de drogas), em cuja história aparecem os deslocamentos nas relações entre crime, polícia e prisão.

Conceito central nesse livro é o de “ilegalismos”, extraído do clássico de Foucault, *Vigiar e Punir*, cuja releitura – no original – foi crucial para essa geração de pesquisadores/as. Tratam-se de práticas que não se definem por oposição à lei, mas que jogam com/nas fronteiras do legal-ilegal, tensionando e produzindo certos ordenamentos sociais e suscitando toda uma gestão desigual, diversificada em seus agentes e seletiva em seus controles. Entre as classes populares, essas práticas são inseridas numa experiência de enfrentamento de dificuldades impostas pela distribuição desigual da riqueza; algo que, contudo, não se reduz ao plano econômico, referindo-se a uma “luta cotidiana e reflexiva” por “formas de respeito e dignidade” em um mundo marcado pelas incertezas.

É nesses termos que a cidade é analisada como um “bazar” que inclui a negociação de “mercadorias políticas” reguladas e disputadas através de um “mercado de proteção”. Nesse, crime e estado não se situam paralelamente, nem em oposição; se há tensões, há também convergências que fazem funcionar diversos negócios, traçando e retraçando as fronteiras entre o legal e o ilegal e – para as classes populares – entre a vida e a morte.

Essa interpretação reaparece no livro de Feltran, *Irmãos*. Escrito para um público leigo, é o que sintetiza de maneira mais generosa o acúmulo coletivo de toda essa geração de pesquisadores/as, expressando a positividade da “esquizofrenia cívica” defendida por Marques.

Por um lado, o PCC aparece, parcialmente, como efeito colateral das políticas de estado e mais uma vez, economia e política são suas dimensões centrais. Por outro lado,



aparecem as transformações do capitalismo periférico povoado por continuidades entre mercados legais e ilegais, que funcionam reproduzindo uma gritante desigualdade econômica e um jogo de vida e morte. Em uma passagem impressionante, o autor descreve a cadeia de negócios construída a partir de caminhonetes roubadas: desde a ação de jovens inexperientes – que, em troca de 4,5 mil reais, tornam-se alvos privilegiados de homicídios – até o mercado bilionário e pacífico dos seguros e seus leilões legalizados; passando pelos desmanches clandestinos, pelo mercado informal de autopeças e pelas trocas de veículos por drogas nas fronteiras nacionais e sua distribuição no varejo nacional e internacional.

Atravessando essa cadeia em posições diversas, o PCC não é descrito, contudo, em função das ações de uma cúpula empresarial ou político-militar. A metáfora encontrada pelo autor para pensá-lo é a da sociedade secreta: uma irmandade voltada ao progresso material de seus membros, sejam eles mais ou menos pobres, através de alianças pautadas na igualdade e no respeito. Nesses termos, a inserção da facção nos mercados se dá, sobretudo, pelas atuações autônomas de seus membros – e é isso o que explica sua capacidade expansiva. Mas ela também se insere por uma dupla “regulação”: a dos preços de mercadorias ilícitas (que influencia os das lícitas) e uma ação político-moral sobre as relações de poder, com implicações diretas no controle das armas de fogo e dos homicídios. Presença que institui um regime normativo que tensiona outros dois: o religioso e o estatal – não somente em sua face policial, como em sua face político-partidária e militante.

É por essa via que o livro descreve e interpreta a difusão de um dispositivo – também discutido por Manso e Dias e por Hirata – que, nos anos 2000, passou a ser agenciado em nome do PCC e que se tornou o mecanismo central para a redução radical da taxa de homicídios em São Paulo: o “debate”. Trata-se de uma forma de justiça distinta e alternativa à estatal, cuja principal função foi bloquear os ciclos infinitos de vingança que marcaram as periferias nos anos 1990.

Em *Proibido roubar na quebrada: território, lei e hierarquia no PCC*, Karina Biondi oferece uma análise dessa justiça. O livro consiste numa etnografia das “práticas de conhecimento” de pessoas imersas no crime. Tentando ver como elas vêem o PCC, a autora encontra as maneiras como ele é “feito”. Algo que, entretanto, não inclui exatamente proibições e, muito menos, território, lei e hierarquia. Ao menos não na forma como a perspectiva estatal costuma defini-los.

Dessa outra perspectiva, o PCC é um “movimento” feito de muitos movimentos, cuja matéria mais importante são as “ideias”. Das menores conversas aos famosos “salves gerais”, trata-se sempre disso: “ideias” – que, sempre em fluxo, podem ser mantidas vivas ou abandonadas à morte. No entanto, pode-se impor outras coisas a lugares e pessoas – um “ritmo”, por exemplo – mas não uma “ideia”. Algo que foi historicamente reforçado pela noção de “igualdade”, adicionada ao lema do PCC em 2004. O desafio é fazer uma “ideia” “repercutir”. Para isso, é preciso ter o



“conhecimento” de outros/as – ou seja, uma relação de “respeito” construída ao longo de uma “caminhada”. E é preciso, também, ter “visão” e saber antecipar arranjos de movimentos ou “situações”. Enfim, é preciso saber encontrar as “brechas” nas “ideias” de outrem. Quem não tem essas capacidades, tende a lançar uma “ideia errada”, difícil de ser incorporada no “movimento”. Mas quem tem, pode assumir uma “resposta” no PCC e ser batizado como “irmão”.

Essa posição implica no convite a participar de “debates”, descritos no livro como espaços de circulação irrestrita e confronto de “ideias” para uma deliberação coletiva sobre as “consequências” futuras de ações pretéritas. Espaço temporário onde se buscam consensos entre pessoas em conflito e onde os “irmãos” podem ou não dar um aval para ações de outrem – desde a cobrança de dívidas monetárias até a morte, passando por expulsões, espancamentos ou simples repreensões verbais. Contudo, diferentemente da justiça estatal, que visa manter a ordem, trata-se aqui de fazer prevalecer o “certo” – que pode ser também o que é “justo”. O que está em jogo é uma ética. Essa “justiça” – bem como a noção de “lei do crime” – tem aí um sentido metafórico, não sendo nada que possa substituir a justiça estatal, nada que preencha um vazio deixado pelo estado. Diante deste, há outra luta, às vezes profundamente legalista, contra um vasto conjunto de injustiças, humilhações e sofrimentos.

O estado, nesses termos, não produz o PCC por suas carências e ausências, mas por suas ações, pela maneira como compõe “situações” e suscita “ideias”. O livro de Rafael Godoi, Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos, radicaliza essa proposição de Biondi, lançando a hipótese de que o sistema carcerário é determinante na produção do PCC como “movimento”. Mas o objeto do livro não é a facção e, sim, o funcionamento desse sistema. Se a política carcerária contemporânea é conduzida, publicamente, sob o signo da pura “contenção” de criminosos, e não mais da ressocialização, o autor demonstra como a punição se viabiliza através de uma gestão dos fluxos de pessoas, coisas e informações que cria e controla os “vasos comunicantes” que ligam o dentro e o fora das prisões.

Isso fica evidente, primeiro, pelo “regime de processamento” estatal. A política de progressão de pena, no plano jurídico, ocorre junto a uma profusão de documentos ilegíveis e de difícil acesso, que suscita uma mobilização individualizada de presos/as e familiares para entender, acompanhar e fazer processos andarem. Essa opacidade da justiça produz um sofrimento específico, relativo à indefinição do tempo da pena. Por outro lado, dentro das prisões, o velho exame disciplinar do comportamento – por psicólogos, por exemplo – perdeu espaço para uma “gestão dos castigos” – por “sindicâncias” – que opera justamente pelo fechamento de vasos comunicantes legalmente instituídos, complicando ainda mais o acesso à justiça. Juntas, essas duas pontas constituem uma “estratégia de responsabilização” dos/as presos/as e familiares e uma sincronização do tempo de dentro e de fora das prisões. Tempo marcado pela urgência.



O sofrimento produzido por essa estratégia é agravado pelo modo como as prisões foram espalhadas pelo território paulista nas últimas décadas. Primeiro, isso produz uma intensificação das incertezas sobre o lugar de cumprimento da pena, em meio a transferências constantes de presos/as, nem sempre acompanhados/as de seus processos. Essa incerteza espacial se soma à “penúria material” do cárcere – entendida pelo autor como “modo de investimento” do estado. Mais um elemento que incita mobilizações: sem as familiares – quase todas mulheres – as prisões simplesmente não funcionariam, pois faltaria quase tudo: artigos de higiene, remédios, roupas, comidas. É para essa gestão informal e ilegal de fluxos absolutamente vitais que servem os telefones celulares -- muito mais do que ao crime. Por fim, o “dispositivo carcerário”, associando justiça e segurança pública, expande seus controles sobre os longos e variados percursos dessas mulheres, com seus filtros, inspeções, blitz no meio das estradas, enfim, mil humilhações.

Portanto, diferentemente do que geralmente se afirma, esse dispositivo opera produzindo relações sociais que atravessam os muros das prisões. Essa produção é o tema de *Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*, de Natália Corazza Padovani. Obra que é expressão de uma já sólida tendência nos estudos de prisão, cada vez mais atentos às instituições “femininas” – que não encerram apenas mulheres, assim como as prisões “masculinas” não encerram apenas homens. Movimento marcado pelo encontro fecundo das teorias sobre crime, segurança, justiça e prisão com os estudos de gênero e sexualidade, há tempos atentos à interseccionalidade com outras diferenças – de raça, etnia, nacionalidade, origem, geração etc.

Nesse livro, esse encontro possibilitou uma análise de um conjunto vasto e diverso de histórias de vidas e relações, transformadas – e não destruídas – pela prisão. Histórias tramadas com afetos, ajudas e amores – não sem desafetos, solidões e decepções – mediados por cartas, celulares, dinheiro e mercadorias lícitas e ilícitas; e histórias atravessadas a todo momento pelas forças do estado e do crime. A autora dá atenção especial a um antigo “vaso comunicante” prisional que são as cartas. Através desses objetos tão pessoais, mulheres presas não só mantêm e constroem relações afetivas como documentam suas vidas de maneira legível para enfrentar e negociar com as forças que regulam a socialidade prisional – seja a justiça estatal, sejam os movimentos do PCC, que por vezes se justapõem, produzindo diferenças e assimetrias de gênero e sexualidade. Nessas negociações, “famílias” são feitas e desfeitas.

Acompanhando suas interlocutoras fora das grades, a autora encontra as tantas formas de “voltar para a casa” e viver “em liberdade” em meio a rearranjos das relações tecidas do lado de dentro, a percursos de trabalho irregulares por entre as fronteiras do legal e ilegal e a mobilidades transnacionais que conectam São Paulo, Barcelona e outros lugares. O livro, ao fim, lançando mais uma história – sobre uma traficante que escondeu seu ofício do namorado até ser presa e o arrastou para a socialidade prisional

–, convida a refletir sobre os limites de um discurso muito comum nos movimentos sociais que toma essas mulheres como vítimas dos homens e de seus negócios ilegais, “capazes de tudo pelas suas famílias”.

Juntos, os livros de Marques, Hirata, Feltran, Biondi, Godoi e Padovani – ao lado de outros tantos escritos brasileiros e estrangeiros das últimas décadas¹ – convidam a um deslocamento difícil no debate público sobre crime, segurança, justiça e punição. Em tempos de ascensão política de uma nova ultradireita, muitos esforços de resistência parecem tentar dar uma sobrevida às ideias e discursos democráticos e humanistas de matriz liberal que pareciam delimitar o campo político-institucional há menos de uma década. Esforços cuja nostalgia se recusa a pensar como a “segurança” tornou-se uma pauta central justamente ao longo dos últimos trinta anos de “redemocratização”, fazendo da oposição entre “trabalhadores” e “bandidos” a grade de inteligibilidade de um governo micropolítico da vida urbana.

Atentos a essa expansão securitária e punitivista, esses livros podem ser considerados herdeiros da crítica ao humanismo liberal – de Foucault ao feminismo decolonial. Ancestralidade que atualizam apontando para uma conjugação perversa entre neoliberalismo, democracia e punitivismo; e iluminando as lutas ordinárias das classes populares contra injustiças e sofrimentos em meio a adversidades nunca superadas pelos tempos de “inclusão social”. Por isso, são livros que oferecem ferramentas para, primeiro, escapar da perspectiva dominante – inclusive à esquerda – que reduz a “violência” nas periferias e prisões ao domínio do “crime organizado”, geralmente tomado como um sujeito simétrico ao estado, que ocupa seus vazios. Com isso, abrem caminhos para compreender a sustentação micropolítica da guinada reacionária no plano macropolítico brasileiro. Um solo que inclui o encarceramento em massa e a gestão desigual e homicida dos ilegalismos populares, que tem nas polícias – talvez a principal “base” do novo executivo federal – seus agentes centrais.

Assim, esses livros talvez sirvam igualmente para antecipar os desdobramentos mais terríveis e irreversíveis dessa guinada. Mas para que essa potência se realize, essas pesquisas precisam se ligar a outras, nascidas em contextos muito distintos. Vista de muitos outros lugares, salta aos olhos a grandeza da riqueza de São Paulo – essa verdadeira exceção mundial. Como cantou Mano Brown – cujas palavras povoam quase todos os livros: “São Paulo tem dinheiro pra carai pa tentar, né? Sem perder o foco, olha o fluxo...”. Pelo menos aqui, no Norte do Brasil, terra de “massacres” e novo centro de preocupações securitárias com o “crime organizado” e as “fronteiras”, as semelhanças

¹ É importante lembrar que, com exceção dos livros de Feltran e de Manso e Dias, os demais são todos versões pouco modificadas de teses de doutorado, sendo duas orientadas por Vera Telles (Hirata e Godoi), na Universidade de São Paulo (USP); duas por Jorge Villela (Marques e Biondi), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); e uma por Adriana Piscitelli (Padovani), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Três intelectuais cujos trabalhos são de primeira importância para todo esse campo de estudos.

são muitas, mas a riqueza é outra, e a expansão de facções e de políticas de estado sudestinas encontram outros processos históricos e outras micropolíticas da vida urbana.

Referências bibliográficas

BIONDI, Karina. Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

FELTRAN, Gabriel. Irmãos: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GODOI, Rafael. Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

HIRATA, Daniel. Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila. A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Ed. Todavia, 2018.

MARQUES, Adalton. Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM, 2018.

PADOVANI, Natália Corazza. Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

RACIONAIS MC's. Cores & Valores. Cosa Nostra.; Boogie Naipe, 2014.



REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Essa seção tem como objetivo destacar textos anteriormente publicados na Lua Nova que podem ter interesse para a conjuntura intelectual, cultural e política

Lua Nova no.65 São Paulo Mai/Aug. 2005

NOTAS SOBRE O IMBRÓGLIO DO GOVERNO LULA, 2005

Reginaldo Moraes

No começo de julho de 2005, realizamos no Cedec, em São Paulo, um debate sobre a crise política brasileira. Depois disso, o editor de Lua Nova, Cícero Araújo, sugeriu que eu redigisse um pequeno artigo, a partir de comentário que fizera na ocasião, lembrando analogias entre esses episódios e aqueles que haviam atingido o Partido Socialista Operário Espanhol, há vários anos. A sugestão me agradou. O que aqui segue não é um artigo acadêmico convencional. É um conjunto de reflexões que, imagino, servem para pensar no fenômeno político que temos à frente utilizando um recurso usual da inteligência humana: a aprendizagem pelas analogias, que têm, principalmente, uma função heurística nada desprezível.

Dividi o texto em duas grandes seções: 1) A Espanha dos socialistas; 2) O Brasil do PT. A primeira seção faz uma leitura muito seletiva de eventos do "caso espanhol" – não me detenho a sugerir comparações com o Brasil, mas a seleção, ela própria, conduz a isso. A segunda seção alinha considerações sobre alguns dos elementos que julgo estejam na raiz da atual crise do PT e do governo Lula. Inacabado como está esse texto, nem mesmo o tom coloquial eliminei. Dada a pressa para redigi-lo em uma semana, preferi esse caminho. Espero que seja útil aos que quiserem ir além e, quem sabe, chegar ao fim do arco-íris. Talvez lá encontrem potes de outro e malas de dinheiro.

A ESPANHA DOS SOCIALISTAS

¿Qué pasa con la izquierda?

Nos últimos anos, na Espanha, essa pergunta foi enfrentada por uma grande variedade de estudos, acadêmicos ou não. E alguns deles procuram decifrar a trajetória da esquerda que chegou ao governo, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

Registro aqui alguns dos achados e perdidos desse debate. O leitor verá que ele não interessa apenas aos espanhóis. Selecionei informações de três livros que me pareceram mais polêmicos e sugestivos: *Cambio y adaptacion en la izquierda. La evolución del partido comunista de España y de izquierda unida*, de Ruiz Ramiro Fernandez (Madrid: CIS, 2004); *El control de los políticos*, de José Maria Maravall (Madrid: Taurus, 2003); *La estrategia*



organizativa del partido socialista obrero español (1975-1996), de Monica Méndez Lago (Madrid: CIS, 2000).

Para ser breve, vou apenas sublinhar algumas impressões e condensar poucas das ricas informações desses estudos. Julgue, o leitor brasileiro, o quanto a elas se aplica a frase célebre: é tua a história contada.

Uma dessas informações: apenas 15% dos filiados da UGT, central sindical socialista, votam no PSOE, o partido socialista. E apenas 25% dos filiados da CCOO, a central comunista, votam no PCE ou na IU. Uma baixa relação nesse nível, o dos eleitores. Baixa também é a filiação partidária entre os associados de sindicatos. E baixa é a filiação sindical entre os afiliados ou eleitores mais fiéis dos partidos. Esse é apenas um dos sinais da fraca relação entre "esquerda social" e "esquerda política". Verdade que a esquerda social não está apenas nos sindicatos, mas em numerosos movimentos populares. Mas, estes, também, só se condensam e coincidem em frentes políticas comuns em momentos muito específicos e especiais (e por razões também muito pontuais), como nas manifestações contra a invasão do Iraque e, principalmente, contra a participação espanhola naquela aventura.

Há uma base material para essa fragmentação e "tribalização" da política e dos movimentos sociais, isto é, dessa enorme variedade de movimentos reivindicatórios, movimentos de afinidades e de afirmação de identidades? Sim, parece haver. A flexibilização do emprego, a descaracterização de carreiras e postos de trabalho, a transitoriedade das ocupações e hábitos (e, claro, também da moradia e dos laços de vizinhança), o torvelinho cultural e valorativo que acompanha todo esse movimento – tudo isso ajuda, e muito, esse movimento de dispersão ou fragmentação. A tal da globalização parece ter substituído à famosa frase do Manifesto Comunista pelo slogan publicitário do leite em pó: tudo que é sólido se desmancha... sem bater.

Mas, além da base material, inegavelmente importante, é preciso olhar para outros fatores. Um deles: essa base material resulta, pelo menos parcialmente, de decisões cumulativas anteriores desses próprios sujeitos políticos: os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais. E entre essas decisões cruciais está o modo como partidos e sindicatos foram se acomodando às instituições reguladoras do conflito. Sobretudo, como foram se acomodando à legislação, às normas sobre funcionamento, ao calendário institucional, etc. Essas instituições regulam, é certo. Com isso, disciplinam e modelam. E, por fim, definem as identidades e comportamentos.

Sobre os sindicatos, muito haveria para falar, é todo um mundo em mutação. Vejamos, porém, os partidos ideologicamente mais definidos, IU-PCE, mais exatamente. E toquemos, nesse caso, num ponto que também foi fatal para a deterioração do outro partido da esquerda, o PSOE: a sustentação e a autonomização da máquina. Mais de 90% das finanças de IU resultam de transferências de dinheiro público, proporcionais e dependentes de suas votações e cargos. A cotização de



militantes é absolutamente insignificante. E 80% das rendas do PCE são... transferências de IU. Ou seja: mesma origem. E, sublinho, esses dados ainda subestimam a vinculação e dependência que estou a sugerir. Seria necessário computar ainda que muitos dos profissionais de IU-PCE são, de fato, funcionários públicos (trabalhando em cargos de confiança, geralmente). Desse modo, não espanta que a vida interna e a vida extra-eleitoral de IU-PCE sejam tão reduzidas. E que seus dirigentes sejam cada vez menos originários das fábricas e cada vez mais de dentro do próprio aparato – como uma oligarquia que se auto-recruta. Não há, aqui, leitor, juízo meu sobre o caráter das pessoas. Não se trata de uma condenação moral a burocratas, oligarcas, caciques, por mais que estes termos estejam evidentemente carregados de valor. Deixemos isso temporariamente de lado. Tentemos ir um pouco além. Temos aí um círculo vicioso?

O livro de Mendes-Lago mostra a crise dos partidos nessa combinação perversa: menor implantação social, crise de legitimidade, falta de democracia interna e declínio organizativo. A experiência do PSOE é assombrosamente educativa, uma lição que vale a pena estudar.

Eu disse que questões como essas interessam não apenas a espanhóis. Nós, brasileiros, por exemplo, vivemos a experiência dos "autênticos" do MDB e da transformação de muitos deles, incluindo os que se diziam comunistas, em obreiros na máquina de caciques daquele partido. Vivemos o surgimento do PSDB, revolta "ética" contra o quercismo e similares, logo depois entrando no mesmo rumo e, inclusive, incorporando líderes do quercismo – como Alberto Goldman e Aloísio Nunes Ferreira – que antes haviam apedrejado como predadores dos cofres públicos. E, agora, vivemos as metamorfoses do PT, ainda em andamento, condensando, em tempo recorde, muitas dessas fases. O mais curioso é que o PT não apenas se apropriou de métodos utilizados pelo PSDB como até mesmo de alguns de seus operadores, como o já famoso Marcos Valério, articulador de uma das "caixas-dois" tucanas e agora braço direito do tesoureiro do PT.

Quando o PSOE chegou ao governo, em 1982, Alfonso Guerra, o apparatchik-mor do partido, disse que ele iria transformar tanto a Espanha que não a reconheceria "ni la madre que la parió". Não se tem o aval da figura materna, seja ela quem seja, mas é certo que aconteceu também o inverso, ou seja, a Espanha real mudou o PSOE de tal modo que não há mãe que o reconheça. E é esse processo que Maravall tenta exhibir. Não tenho espaço, evidentemente, para descrevê-lo. Apenas para sugerir a relevância da coisa. Vejamos, para isso, um pouco dessa dupla transformação. Devo avisar o leitor que faço aqui uma descrição bastante seletiva, que atende principalmente, ao interesse do tema de que partimos: a crise do governo Lula e do PT no ano de 2005, diante das denúncias de corrupção.



A TRAJETÓRIA DO PSOE

O PSOE chegou ao governo em 1982, uma vitória estrondosa, mais de 10 milhões de votos, maioria absoluta no Congresso. E um slogan forte: *Vota por el cambio*.

Contudo, *el cambio* não foi exatamente aquele desejado pela esquerda e temido pela direita. O governo de Felipe González adotou uma política econômica ortodoxa, conservadora mesmo. Convocou para a condução dessas medidas o chamado *beautiful people* do mundo financeiro, como Miguel Boyer, ministro da economia. O cardápio era aquele que seria conhecido de programas de ajuste ortodoxos pelo mundo inteiro: privatizar, desmontar ou "reconverter" empresas estatais, moderar salários, elevar impostos, revogar leis trabalhistas, flexibilizar o mercado de trabalho.

Foram três anos de arrocho e contenção – inferno ou purgatório, a depender do rigor com que se julguem os efeitos. Depois, contudo, o governo obteve um período de paraíso, ou quase isso: crescimento da renda e do emprego, com uma ou outra oscilação. Crescimento combinado, é certo, com muito subemprego e informalidade. E, como ingrediente simbólico nada desprezível, veio a integração na Europa, o fim inequívoco da quarentena internacional a que o franquismo condenara os espanhóis. González parecia conquistar aquilo que parecia ser sua obsessão: "reconciliar os espanhóis com seu passaporte."

O governo socialista enfrentou atritos cada vez mais agudos com a "sua" central sindical, a UGT, por conta das políticas econômicas e sociais. E, do lado da oposição conservadora, encontrou uma persistente e bem orquestrada tentativa de "desconstrução" que, como seus próprios líderes reconheceram, chegou perto do golpe de estado.

Já em novembro de 1984, o jornal *El Mundo*, ponta de lança do antifelipismo, trouxe à baila o "Caso Flick", ecoando declarações de um deputado social-democrata alemão: o PSOE havia recebido grandes somas de dinheiro de uma empresa de armas alemã, a Flick. E o dinheiro, dizia a denúncia, teria sido entregue diretamente a González, o novo chefe do governo. Como o slogan do PSOE era "Cien años de honradez", a oposição conservadora lançou-se a desmoralizar o novo governo, organizando uma comissão parlamentar de inquérito. Contudo, puxados os fios do caso, verificou-se que a Flick havia dado dinheiro, de fato, a numerosas fundações alemãs vinculadas a uma vasta gama de vertentes ideológicas (democrata-cristã, liberal, socialista, social-cristã). E cada uma destas mandou recursos generosos para todos os partidos espanhóis de implantação nacional, incluindo a oposição conservadora que exigira a CPI. O resultado da "investigação" foi, mais ou menos, aquilo que no Brasil se costuma chamar de "pizza": tudo se passa como se González não tivesse recebido dinheiro algum da Flick, os partidos todos teriam recebido apenas ajudas solidárias de seus simpatizantes externos, enfim, nada de mais...

A seguir, contudo, houve um desdobramento do incidente. Negociações mais ou



menos discretas entre as lideranças partidárias deram origem a uma nova lei para o regime eleitoral, aprovada, enfim, em junho de 1985. Estabelecia, por exemplo, diversas regras para a composição do parlamento e para o financiamento público dos partidos.

O PSOE ficou doze anos no governo, de 1982 a 1994. E cresceu formidavelmente. Em 1992, era uma máquina de 250 mil filiados e 16 mil conselheiros nas administrações municipais, chefiava o governo de quase todas as 17 regiões autônomas e de todas as cidades com mais de 50 mil habitantes. Ah, sim, claro, ocupava o palácio de Moncloa, sede do poder nacional.

Os socialistas tinham dois grandes líderes, Felipe González e Alfonso Guerra. González, advogado trabalhista, democrata-cristão na juventude, freqüentador dos ciclos da JOC (Juventude Operária Católica) e da HOAC (Hermandad Obrera de Acción Católica). Personalidade de massas, grande orador, líder carismático. Alfonso Guerra, livreiro, ator, empresário cultural. O homem da máquina partidária.

Guerra fazia questão de ter esse papel, o de "homem do partido", conforme fez questão de mostrar, quando se chocou com Miguel Boyer, ministro da economia. Declarou solene: "este não é um governo do PSOE, é um governo de coalizão entre o PSOE e o Ministério da Fazenda..."

A presença de Guerra no ministério parecia garantir a comunicação entre o partido e o governo, mas, na prática, conduziu à subordinação do partido ao governo, em todas as questões controvertidas das reformas econômicas, contendas políticas, etc.

Guerra foi decisivo na organização do partido, de sua máquina, de suas campanhas. Mas, foi, também, fator de muito desgaste. A começar pela multidão de inimigos que foram sendo cultivados pela combinação de seu estilo: mão-de-ferro, métodos sibilinos e estilo sarcástico. Os métodos sibilinos – seus e daqueles a ele próximos – deram energia e recursos ao partido. Mas, também, atrelaram o partido à corrente interna, chefiada por Guerra. E logo envolveram o próprio governo em operações que salpicaram sua imagem pública.

Um episódio relevante nesse contexto ocorreu em 1990. Estoura o caso de malversação de recursos públicos envolvendo Juan Guerra, irmão do vice-secretário geral do PSOE e vice-chefe do governo. A imprensa fez eco, Guerra foi obrigado a se explicar diante de uma CPI. Não convenceu ninguém. A mídia conservadora explorou o fato o quanto pôde. Mas – algo sobre o que se deve pensar – isso em nada prejudicou eleitoralmente o PSOE nas eleições seguintes, em que o próprio Alfonso Guerra apareceu liderando o partido, obtendo a maioria absoluta dos votos, com o declínio dos conservadores e da esquerda comunista (Izquierda Unida, coligação liderada pelo PCE).

O caso mais complexo e instrutivo, contudo, ocorreu em 1991, o chamado Caso Filesa. Dizia respeito à constituição de um consórcio de empresas-fantasma – ou empresas que prestavam serviços fictícios a corporações empresariais e bancos. Na verdade, tratava-se de um esquema de financiamento paralelo do PSOE, para sustentar



sua máquina e suas campanhas. González negou ligações com o esquema, dizendo tê-lo conhecido apenas pela imprensa. De qualquer modo, o escândalo evidenciou a vulnerabilidade da legislação de financiamento dos partidos, de controle das campanhas (os tribunais de contas) e, embora centrado no PSOE, deixou suspeitas sobre muitas contas partidárias.

González, contudo, continuava a parecer invulnerável às denúncias e eleitoralmente imbatível. De fato, em sua defesa, podia dizer (e dizia) que, desde 1982, dedicava-se exclusivamente às tarefas de governo, desligando-se quase que completamente das responsabilidades partidárias, que passavam para Alfonso Guerra.

DECLÍNIO DOS SOCIALISTAS, REVANCHE CONSERVADORA

Em 1993, o PSOE ganhou de novo as eleições gerais, com um milhão de votos de vantagem sobre o PP de Jose Maria Aznar. Mas a margem se reduziu bastante, os socialistas já não tinham maioria absoluta no Parlamento e o PP ganhou na maioria das grandes cidades, incluindo Madrid. Em tantos anos de governo, o PSOE concentrara muito poder e... muito desgaste. Corrupção, envolvimento na "guerra suja" com ETA, persistência de muitos problemas sociais e econômicos, a bonança terminara. Era o começo da queda – sinal mais material disso era que o PP ganhara 10 das 13 regiões autônomas em disputa. E 42 das 50 capitais de província.

Em 1996, enfim, a "dulce derrota". A expressão foi utilizada pelo próprio González, uma vez que a diferença, enfim, fora menor do que temia: o PP conseguira 9.600.000 votos, o PSOE obtivera 9.220.000, apenas 1,5% de diferença no total. Sem maioria absoluta, o partido conservador teria necessidade de acordos com as minorias.

A autocrítica de González, em setembro de 1996, no El País, é sintomática. Dizia ele: "Nós nos institucionalizamos excessivamente, até o ponto que agora nos custa muito fazer oposição."

A Espanha mudara mesmo, como prometera Guerra, não apenas por causa das políticas do PSOE, mas também por elas. E o PSOE também mudou de modo que não o reconheceria "la madre que lo parió". Mudara, não apenas por causa das suas políticas, mas também por elas...

Em 1955, 40% da população ativa eram absorvidas pela agricultura; 90% dos espanhóis eram analfabetos ou tinham no máximo os primeiros anos de escola. Em 1995, 90% deles tinham pelo menos ensino médio. Em 1980, o governo central, em Madrid, controlava 88% do gasto público. Em 2000, cerca de 30% já eram controlados pelas 17 autonomias, 57% pela administração central. O resto ficava com as municipalidades. Era, enfim, um outro país.

Mas... por que o PP se estabiliza no governo, a ponto de garantir dois mandatos e se credenciar para um terceiro? Os analistas juntam vários motivos e explicações, todos eles bastante razoáveis. Primeiro, a ausência de um partido claramente de direita – o PP



se modernizara, "penteando-se" adequadamente para exibir um perfil de "centro". Depois, havia o calvário e a necessária penitência do PSOE – eleitores desmotivados, absenteísmo de esquerda, tudo isso dava muito mais chances de vitória e estabilidade para a direita. Terceiro, a bonança econômica, não dependente do PP, pelo contrário, mas muito real, inclusive por causa dos fundos europeus, que financiaram tanta construção civil, tantas obras públicas, tantas políticas sociais de redução da pobreza e amenização das desigualdades... Bom, nesse caso, talvez tenha dito o famoso "eleitor médio" das estórias que nos contam: "Fique o PP no governo e que do resto cuide a Virgem Maria ou o Real Madrid, conforme a devoção de cada um."

Nesse quadro, as eleições de 2004 não pareciam prometer muita surpresa ou mudança.

Até uma semana antes, o PP era claramente favorito. Houvera uma ligeira recuperação do PSOE, mas todas as pesquisas e jornais davam-na como insuficiente para ameaçar os conservadores. Daí acontece o atentado sangrento de 11 de Março (el 11-M). Em outras circunstâncias, talvez isto ajudasse Aznar e seu candidato, Mariano Rajoy, ministro do interior e principal homem do combate "antiterror", anti-ETA. Os conservadores haviam centrado a campanha no fantasma do separatismo basco e da alegada tolerância dos socialistas e seus aliados para com os "terroristas etarras". Mas talvez não tenha sido o atentado, propriamente, o fator que alterou a correlação eleitoral. Talvez tenha sido... a tentativa grosseira de utilizá-lo para ampliar a vantagem sobre os socialistas. O governo Aznar manipulou acintosamente as informações para difundir rapidamente que o atentado era coisa da ETA, a besta-fera preferida do PP – afinal, esta estória lhe convinha. A ministra do exterior chegou a difundir um telegrama caricato onde simplesmente dizia que os diplomatas deveriam utilizar todos os recursos para evitar que sequer se insinuasse outra versão.

Até mesmo os líderes socialistas pareceram paralisados, admitindo tacitamente a versão oficial. Como isto foi recebido pela população espanhola?

Bem, para responder a essa pergunta convém lembrar que, nas eleições anteriores, o PSOE não tinha sido derrotado apenas pelo PP, mas também (e talvez principalmente) pela abstenção ou apatia do eleitorado mais à esquerda. O enfraquecimento da esquerda "política" (melhor dizendo, partidária) não significa, necessariamente, que tivesse havido, na mesma proporção, o esvaziamento da esquerda "social", de uma miríade de movimentos e organizações de interesses e afinidades dos mais variados tipos. Uma mostra disso apareceu nas enormes mobilizações contra a invasão do Iraque, eventos em que esses diversos e fragmentados atores encontraram uma praça em comum. Diante do atentado e das manobras de Aznar, em apenas dois dias, esses grupos, indivíduos, movimentos e associações teceram uma rede espantosa de correios eletrônicos, mensagens de celulares, panfletos e blocos de manifestantes de rua, faixas, cartazes, pichações. Formou-se uma "ola" gigante aparentemente espontânea, mas fundada em anos e anos de conflitos, sofrimentos e humilhações – e de cinzento



trabalho organizativo. Uma das frases mais freqüentes em faixas e pichações era esta, sintética e eloqüente: "Tua guerra, nossas mortes." Quando sábado chegou, o vínculo entre a política de guerra de Aznar e o atentado estava fortemente enraizada entre os eleitores, o destino dos conservadores estava selado. E no domingo das eleições, o jornal *El País*, alinhado com os setores mais moderados do PSOE, saiu com uma manchete escandalosa e pouco usual: Aznar mentiroso! O PP não perdeu apenas para o PSOE. Perdeu, principalmente, pelo aumento de eleitores presentes, pela redução da abstenção. Em números absolutos, o PP teve, até, mais votos do que na eleição anterior. Mas os que antes não votaram, os que, talvez, não estavam propensos a votar, decidiram ir às urnas e eleger quem tinha condições de mandar Aznar para os ares. Era Rodriguez Zapatero.

Esse descolamento entre a esquerda partidária, fortemente institucionalizada e burocratizada, e a esquerda social, fragmentada, segmentada, setorial, não é uma particularidade da sociedade espanhola. É um fenômeno mais amplo e geral – e um problema a ser decifrado. Para quem quer entendê-lo, para quem quer entender a política de nossos dias – e para quem quer mudar essa política.

O BRASIL DO PT

Findas as apurações dos resultados, nas eleições de 2002, dois líderes do PSDB – derrotados no plano federal, mas vitoriosos no estadual, manifestaram seu diagnóstico de maneira contundente. Aécio Neves declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo*: "Em se tratando de solidariedade, o PT certamente tem alguma coisa a nos ensinar. O PSDB não tem a característica de ser solidário com os que tropeçam ao longo da caminhada e é preciso que comece a tê-la, se quer realmente se consolidar como um partido de futuro." O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, mais econômico, enviou, também, uma crítica dura e sutil a seus colegas de partido: está na hora, dizia ele, de "comer poeira e amassar barro".

A avaliação dos dois potenciais candidatos à sucessão, em 2006, sintetizava o diagnóstico de uma derrota, o drama de uma trajetória. Apontava ainda os riscos e chances do futuro, para o PSDB, mas também para o PT. E era mais precisa do que conseguiam fazer alguns deslumbrados intelectuais do PT, que mesmo vendo a formação de uma coligação ultra-moderada e o desenho de uma campanha sem perfil "mudancista", contribuíam para iludir a boa-fé dos militantes falando em uma "refundação do Brasil".

De certo modo, a frase e a figura indicam, também, a emergência de uma liderança, no PSDB, que se distingue da corrente intelectual que o dirigiu nos últimos anos. "Aqueles que tropeçam ao longo da caminhada..." Como um partido da social-democracia poderia ignorar os que tombam e sofrem no caminho do "progresso"? Afinal, historicamente, a social-democracia havia sido um elemento civilizador do capitalismo, moderando os efeitos destrutivos do "moinho satânico" do mercado através da



intervenção corretora do poder público, da intervenção estatal.

Em parte, esse paradoxo poderia ser explicado pelo fato de que o PSDB podia ter, no seu início, um timbre e alguns lemas dessa corrente ideológica, mas não tinha aquilo que fizera a força e também a identidade da social-democracia: os trabalhadores. Olhemos para a social-democracia alemã, francesa, sueca, inglesa... nascida e vigiada, nos seus programas e atitudes, por círculos operários, movimentos sociais populares. Quando o PSDB teve esse perfil? Nunca. Seus "líderes sindicais" nasceram e vicejaram nas verbas dos palácios – talvez experimentando, desde logo, o destino que os novos líderes sindicais do PT tenderam a experimentar com o passar do tempo. Seus políticos com base popular – Montoro, Covas – foram sendo tragados ou ofuscados pelas novas lideranças – acadêmicas, tecnocráticas, charmosas e perfumadas. O partido nascera sem esse componente popular – e de certo modo para concorrer com um partido em que isso era o traço forte. O PSDB viu muitos de seus líderes intelectuais apaixonarem-se – alguns, moderadamente, outros, com ardor indisfarçável – pela "modernidade" da livre-competição, do "choque de mercado" do pragmatismo "empreendedor". Alguns se tornaram mais fundamentalistas – e mais chiques ou cafonas – do que os yupies pausterizados de Wall Street e da Avenida Paulista. No México se lhes chamava de "los perfumados". Aliás, alguns deles, aqueles que circulavam em torno da equipe econômica, traficavam com facilidade entre governo e empresas de consultoria, suas ou de seus filhos e parentes – curiosamente, empresas que não tropeçavam pelo caminho, cresciam no caminho. Virados para o "mundo", c'est a dire, Paris ou Nova York, tinham pouca sensibilidade para ver o sofrimento que grassava na periferia das cidades brasileiras, na região do cacau baiano, no sertão do Piauí, nos rincões amazônicos, nos cerrados e agrestes. Tudo isso lhes parecia apenas um momento na trajetória gloriosa do novo espírito do mundo, o "novo renascimento" de que falava o ex-presidente Cardoso. Era apenas "o preço que havemos de pagar pelo progresso" – em que a conjugação do verbo pagar sempre ia para a plebe, o de progredir sempre ia para as elites. No próprio PSDB, o governador de Minas Gerais teve sensibilidade para percebê-lo: não se solidarizando com aqueles que tropeçam no caminho, não se criava, de fato, o partido da social-democracia brasileira – cada vez mais, parecia um partido do social-darwinismo brasileiro. E os que tropeçaram no caminho resolveram mudar o caminho.

É esse o PSDB que sofreu um baque. Conseguirá se recuperar? Conseguirá ser aquilo que nunca foi – um partido social-democrata? Ou vai optar por um outro perfil, consolidando a aproximação com a nova-velha direita, o PFL?

Mas não são essas as únicas perguntas que ficaram no ar e se tornaram relevantes nos últimos anos. A frase de Aécio Neves, como dissemos, apontou também para riscos e chances no futuro... do PT.

Conseguirá esse partido conservar sua base popular – sindicatos, movimentos populares, as organizações de solidariedade e luta que para ele convergiram? O deputado Delfim Neto afirmou, recentemente, que o PT iria ter a oportunidade de



constituir, de fato, um partido social-democrata, reformador do capitalismo, porque tinha algo fundamental para isso: a militância e a fé das massas trabalhadoras. Delfim foi ministro de uma ditadura e aprendeu, certamente, a fórmula napoleônica, segundo a qual podemos fazer muita coisa com baionetas, menos ficar sentado sobre elas. Aplicou a frase às canetas tucanas...

O PT surgiu, em grande medida, como catalisador e canalizador de uma grande e diversificada rede de movimentos sociais, de gente que se organizava para mudar alguma coisa, na sua vida, no seu bairro, no seu trabalho, na sua escola, no seu sindicato. Em algum momento, na história do partido, algumas de suas lideranças intelectuais disseram mesmo que se tratava de criar uma espécie de "caixa de ressonância" dos movimentos sociais para intervir no espaço institucional, legal, político.

Esta origem e esta natureza devem ficar presentes na nossa análise para refletir sobre um contra-fato relevante: que efeito terá o enfraquecimento do PT – como catalisador e canalizador desses movimentos? Algum tempo atrás, um líder do MST disse que o governo brasileiro devia dar graças a Deus pelo fato de existir esse movimento, porque senão aos desgraçados do campo (e da cidade) não restaria senão o crime ou estratégias sociais e políticas suicidas. A especulação não é gratuita, sobretudo neste momento de crise e redefinição.

Conseguirá essa base impedir que os políticos e intelectuais do PT repitam – e, nesse caso, de forma trágica – o caminho dos tecnocratas do PSDB?

A estratégia de Lula, na campanha de 2002, foi a de acenar para uma grande aliança desenvolvimentista, de reconstrução do país e dos sonhos de progresso mais equitativo. Para os militantes não parecia apenas um apelo publicitário. Parecia resumir um compromisso, uma crença e uma aposta. Para os que se beneficiaram com o modelo socioeconômico em vigor, Lula apontou para o fato de que ele é mais instável do que parecia – que não haveria paz para a riqueza, num mundo em que há tanta pobreza. Para os excluídos e prejudicados, apontou para uma esperança de um mundo menos ingrato. Parece pouco, nada de paraíso revolucionário, mas que, na escala do sofrimento da população brasileira, e da mesquinhez atávica das elites, talvez tenha parecido a própria encarnação do Éden.

Se conseguisse tocar adiante essa difícil composição de expectativas e melhorar a vida e a esperança de milhões de desgraçados que nele depositaram confiança, teria mudado não apenas a história do Brasil, mas, em grande medida, a esperança de um continente que nos olha com atenção. O balanço, três anos depois, não permite avaliação muito positiva. É verdade que, depois de 10 anos em que se destruíram dez milhões de empregos, tivemos três anos em que se criaram três milhões de empregos. É verdade que a economia cresceu sem estourar a infra-estrutura e esbarrar no apagão. É verdade que, no plano externo, o país ensaiou uma independência e um protagonismo que não tivera no antigo governo (fato que parece, aliás, enciumar o presidente



anterior). Porém, tudo isso está longe, muito longe, das expectativas geradas pela vitória de Lula. E creio que se pode dizer, ainda, que está muito aquém daquilo que era possível fazer, mesmo nas duras condições herdadas pelo novo governo.

E as condições eram, de fato, bastante limitadoras. Todos os que olham em perspectiva os dois mandatos de FHC, percebem o quanto se substituiu a inflação, financiadora do gasto público, pela política de altos juros, financiadora do gasto público e da rolagem de sua dívida. O quanto se vendeu de patrimônio público... para abater uma dívida que não parou de se multiplicar. Percebem que essa "âncora" de um real estabilizado foi ainda socorrida por um aumento claro da arrecadação de impostos, taxas e "contribuições" que, como se sabe, são pagos, em proporção cada vez maior, justamente por aqueles que ganham menos, por "aqueles que tropeçam no caminho". Percebem que tudo isso nos fez saltar em uma crise social de muitas dimensões. Em 1994, havia cerca de 800 mil desempregados na Região da Grande São Paulo, há hoje quase dois milhões. Havia 50 mil presos no Estado de São Paulo, há hoje mais de cem mil. Brasil e Colômbia são, hoje, os dos únicos países da América Latina que têm organizações criminosas de massa. O crime organizado penetra praticamente todas as esferas sociais, todas as classes e grupos, diferentes instâncias do poder, diferentes pedaços da nossa alma e da nossa cultura. Ele é a alegoria perversa – utopia negativa – da sociedade competitiva, do mercado moderno que nos apresentaram como horizonte. Esse foi o trilho em que engataram o trem.

Aqueles que tropeçam pelo caminho resolveram chutar a pedra. Pode ser pouco, pode ser louco. Mas... será menos insana a alternativa receita pelos yupies que a mídia chama de "sensatos"?

ASCENSÃO E METAMORFOSE DO PT

O PT chegou ao governo federal em uma conjuntura de recuo ou estagnação dos movimentos de massa e de enfraquecimento dos movimentos de esquerda no mundo, com uma ou outra tímida tentativa de retomada. Este fator é fundamental na nossa análise e não deve ser esquecido nem subestimado. Essa situação já durava alguns anos. A vitória eleitoral – de uma moderadíssima coligação, liderada pelo PT – dependeu muito da crise no grupo que estava no poder, da aliança PSDB-PFL, principalmente. Dependeu dos efeitos desastrosos que a política econômica de FHC foi provocando, no emprego, na estagnação econômica, no endividamento crescente, na deterioração dos serviços públicos, desde a saúde até a energia elétrica. Não custa lembrar e repetir, para que nunca o esqueçamos: o país esteve à beira da escuridão. Esteve e está, em muitos pontos do país, à beira do caos social. Esteve e está, em muitos outros, à beira da desagregação do poder público, vencido pela desmoralização ou por grupos criminosos organizados, de colarinho branco ou não.

É verdade que a vitória do PT não veio do nada. O partido já vinha crescendo a cada nova eleição. Elegia cada vez mais deputados e vereadores, vários prefeitos, alguns



governadores. Mas, no quadro de estancamento dos movimentos sociais, o PT crescia de um jeito muito especial, um jeito que se refletiu na própria cara do partido, na composição de suas correntes e projetos. Aquele PT que ganhou prefeituras e governos foi, principalmente, a ala mais moderada do partido – e ganhou conquistando importantes apoios das classes médias e mesmo do empresariado nacional.

O PT entrou nessa metamorfose pouco a pouco, mas de modo firme. Ampliou sua base social para as classes médias e segmentos empresariais. Nisso, não haveria necessariamente um mal, para um partido social-democrata. Muito pelo contrário. A esquerda reformista fez isso em países da Europa, mas graças a movimentos sociais (operários, populares) fortes que magnetizavam politicamente esses setores pequeno-burgueses e mesmo burgueses (pelo menos os empurravam para atitudes mais civilizadas). O problema é o modo como isto se deu aqui. Os programas e comportamentos do partido foram muito mudados para conseguir essa expansão. E a contrapartida foi óbvia: o partido se fortalecia nesses campos, mas essa força, bem como os recursos amealhados, não passavam para o partido, indistintamente. Passavam para aqueles que protagonizavam esta política, que, promovidos por estes recursos, pouco a pouco foram se organizando em casta dirigente aparentemente inexpugnável.

Quais as campanhas que eram privilegiadas, nos financiamentos, pelo caixa do partido? As do campo majoritário, ou de uma parte dele, por suposto. Isto se verificava na "caixa oficial", aquela que os diretórios conheciam. Pela caixa não-oficial, a caixa dos "recursos não contabilizados" podemos imaginar com alguma certeza o que deveria ocorrer. O círculo se fecha.

Mesmo na representação parlamentar, esse perfil do PT foi-se definindo cada vez mais. A chamada "esquerda do PT" elege pouca gente – geralmente, os seus deputados e vereadores só são eleitos porque a legenda tem muito voto e os arrasta para a lista. Alguns deles passam de suplentes a titulares porque os eleitos vão para cargos executivos, viram secretários, ministros, assessores. Nenhuma análise séria pode esquecer este fator: atualmente, a esquerda tem pouco voto e pouca penetração no coração das massas, na vida cotidiana das massas. Perde para os fisiológicos de direita, os conservadores de todas as cores e, no interior do próprio PT, perde para os setores mais moderados, mais acomodados, mais carreiristas. Houve e há honrosas exceções a essa regra, claro, mas são bem poucas. Para piorar esse quadro, como indicamos, os setores mais burocratizados e conservadores do PT, no chamado campo majoritário, constituíram toda uma trama de financiamento paralelo que, de fato, constituía um golpe dentro do próprio partido, já que, desconhecida dos seus órgãos de deliberação coletiva, funcionava como instrumento de discriminação e privilégio internos

A "BLINDAGEM" DE LULA

Os analistas da frente oposicionista surpreenderam-se com os resultados das pesquisas que encomendavam e, ao que tudo indica, orientavam sua estratégia. Apesar



da avalanche de denúncias e do espetáculo televisivo diário, os índices de popularidade do presidente continuavam elevados. Alguns falaram em "blindagem" – ainda que fosse difícil identificá-la, já que a mídia e os líderes dos dois grandes partidos de oposição eram cada vez mais implacáveis. Nenhuma blindagem partidária conseguiria resistir a tais impactos se não existissem outros fatores favoráveis ao presidente.

Bem, talvez haja uma pista para entender os mistérios de tal "blindagem" e perceber, também, os seus evidentes limites e riscos.

Quando se tem, como tivemos, dez anos de queda do nível de emprego e estagnação de renda, algumas melhoras, pequenas e pontuais para nós, podem ser vividas como significativas para as massas de excluídos deste país, um país que exhibe os mais altos graus de desigualdade social do mundo. Essas melhoras seguramente afetam o humor e o modo como esses cidadãos recebem os sinais do mundo, inclusive os sinais televisados. Uma vez, um ficcionista, já não me recordo qual, brincou com uma expressão que deveria colocar em alerta os estudiosos da mídia: existe a notícia que se quer difundir, o consenso que se quer manufaturar, é certo. Esse é, digamos, o lado da oferta, naquilo que se poderia chamar de economia do consenso. Mas, há também a notícia desejada, aquela que se quer ouvir, ler, acreditar, porque para isso nos atrai o modo como vivemos. O jovem Marx dizia em algum momento de seus famosos Manuscritos, que a condição para abandonar as ilusões é abandonar uma condição que necessita de ilusões. Quando as ilusões são reforçadas por sinais cotidianos de mudança, ainda que minúsculos, temos um quadro novo e mais sólido. E essas mudanças existiram nos últimos três anos – pequenas, na escala de valores dos militantes mais exigentes ou na escala de riqueza dos analistas, que em geral têm uma vida em que algo como uma cesta básica ou cem reais representam quase nada. Mas, para muita gente, coisas como essas significam nada menos do que a diferença entre a vida e a morte. E é no terreno desses significados e representações que em grande parte ocorre o julgamento político.

E em que mundo vivemos, depois dos desastres da década passada? Afinal, em dois anos e meio do novo governo, haviam sido criados quase três milhões de novos empregos, muitos deles com carteira assinada. Além disso, como indica um artigo do Paulo Singer, na revista Teoria e Debate, há que registrar os impactos das pequenas políticas que constituem o que ele chama de "lado oculto do governo". Talvez se possa argumentar que, afinal, Singer está na equipe de governo e, apesar de muito crítico da política macroeconômica, certamente teria alguma inclinação a defender o Planalto. Mas, ainda assim, é forçoso reconhecer que as "pequenas políticas" de inclusão não têm efeito desprezível. Em um assomo de insensibilidade política, que apenas o isolamento brasileiro pode explicar, uma crítica do governo chamou isso de "mensalinho".

Acho que cada um de nós já viu, leu ou pensou sobre o que significa, para um "peão", ter sua favela "urbanizada", com nome de rua e código postal, permitindo a entrega de correios, encomendas e os móveis do crediário. Isso tudo é indispensável



também para que ele possa candidatar-se a um emprego sem ter que dar o endereço de um parente "legalizado". O que significa ter conta bancária e um talão de cheques, ter direito a uma forma de crédito diferente daquele do agiota, e com juros menores do que o crédito pessoal dos bancos convencionais? Tudo isso, resultado de pequenas políticas, tem enormes implicações – e ignorá-las é candidatar-se à surpresa. As implicações são materiais. Por que tivemos, nos dois últimos anos, aumento de consumo da chamada linha branca de eletrodomésticos, de material de construção, de móveis?

E as implicações são também simbólicas: o fato de que, através de tais políticas, se tem a chance de "virar gente". Políticas locais ou federais que fazem isso impactam sobre os peões, os pobres, os "excluídos". É pouco ou muito – a depender da condição em que estamos. Não nos deixemos surpreender por isso.

Mas, essas políticas, uma razoável "blindagem", também têm limites, muitos; a começar por uma trava que está dentro do próprio governo. O que nos faz lembrar uma anedota antiga, sobre o governo de Menen, na Argentina. Dizia-se que ele adotava uma política econômica que criava desempregados e desgraçados e, em seguida, criava uma política social para cuidar desses excluídos e atropelados. Ocorre, porém, que a política econômica que entrava o desenvolvimento é a mesma que, logo adiante, reduz a arrecadação do Estado. Com o que, então, se vai sustentar a política social compensatória? Além disso, essa política econômica conservadora aumenta, em geral, as distâncias sociais, a desigualdade de renda e propriedade. Enfraquece os já fracos. Fortalece os já fortes. Fortalece também as "idéias" mais fortes, a ideologia dominante no que tem de mais duro, isto é, as idéias mais reacionárias, contrárias à adoção de políticas sociais reformistas. E estas, logo, logo, começam a ser atacadas francamente.

Ora, quem viu a disputa pela Presidência da República, em 2002, podia notar isso com muita clareza: o programa de governo, a coligação e a campanha foram bastante moderados, para dizer o mínimo. Qualquer observador atento e honesto teria visto que este iria ser um governo difícil, submetido a muitas disputas internas, a avanços e recuos, esperanças e medos. Quem, no calor da hora, anunciou revolução ou refundação delirou ou vendeu ilusões. Praticamente todas as frentes de ação do governo são campo de uma disputa dura, entre o recuo e o conservadorismo, por um lado, e o avanço, o progresso social e o interesse das massas, por outro. É assim na questão agrária ou na questão ambiental. É assim, na reforma tributária e na trabalhista, na política industrial, nas políticas de financiamento do BNDES. É assim na política externa, à qual nem sempre damos a importância devida, mas é decisiva para dizer se teremos esperança de um caminho melhor para o país e para o povo trabalhador – ou se continuaremos a política medrosa, conformista e subalterna que o Brasil tem tido há muito tempo.

Mas essa disputa é cada vez mais estreita e cada vez mais estreitada pelas opções de política do chamado "campo majoritário" do partido, opções que aparentemente ampliam as margens de manobra do governo mas, na verdade, o conduzem a



compromissos cada vez mais limitadores do futuro. E se deve notar aqui um incômodo paradoxo: os desatinos denunciados pela oposição e pela imprensa foram protagonizados pelas facções do PT que eram outrora as mais cortejadas pela mídia, como o lado "sensato" do partido, o menos "xiita".

AONDE VAMOS PARAR?

A crise política, detonada pelas denúncias de corrupção e financiamento ilegal, promete desdobramentos. Não é possível prever a sua extensão, porque, afinal, a política não é física aplicada e os indivíduos e grupos não são pedras, submetidas à lei da queda livre dos corpos e à gravitação universal. São objetos da análise, mas são, também, atores que agem, reagem, calculam e... contornam aquilo que prevêem como indesejável. Mas, desde já, creio, pode-se dizer que há pelo menos três desdobramentos previsíveis:

1. A disputa eleitoral – coisa que, com toda evidência, já está embutida no atual episódio. A oposição não seria oposição se não transformasse o caso em ocasião para dizer aos eleitores que não devem sufragar o governo nas próximas eleições, porque teria demonstrado inépcia ou desonestidade no trato da coisa pública.
2. O aperfeiçoamento das instituições, reformas políticas que previnam contra a ocorrência, no futuro, dessas irregularidades. Esta consequência não parece tão forte, porque uma cruzada necessita de cruzados, uma guerra necessita de quem queira combater pela causa. Não creio que estejamos diante disso.
3. Uma consequência que podemos esperar com razoável certeza é uma mudança forte no interior dos partidos políticos. Todos eles – todos – foram atingidos pelas denúncias em andamento, uns mais, outros menos, uns mais diretamente, outros, apenas indiretamente, porque já estão fora do governo. Mas, em todos eles, direções vão mudar, comportamentos serão revistos, estratégias de sobrevivência serão redimensionadas. No PT, por vários motivos, este impacto tende a ser bem mais forte e profundo. E disso depende, em boa medida o futuro do partido – ou, até, disso depende dizer se ele terá um futuro.

Um outro desdobramento pode ser antecipado. Na verdade, trata-se de uma incógnita preocupante, à qual já nos referimos antes. Espalhados pelo Brasil, há centenas de focos de militância rebelde ou reformista, os mesmos que estiveram na origem do PT e foram por ele "representados" no espaço da política e da esperança. Repito o mote: que efeito terá o enfraquecimento ou mesmo desaparecimento do PT – como catalisador e canalizador desses movimentos? Repetimos aquela advertência de todos os líderes do MST: de que o governo brasileiro devia dar graças a Deus pelo fato de existir esse movimento, senão aos desgraçados do campo (e da cidade) restaria apenas o crime ou estratégias sociais e políticas suicidas. Se nos parece exagerado o tom dramático, conservemos, contudo, o aviso que, afinal, não é descabido.



A VOLTA E A REVIRAVOLTA

Francisco de Oliveira

Salto no aeroporto de Congonhas começo de março último, depois de quase dois anos de ausência da terrinha. Com "aquele" sentimento, já reforçado na viagem de avião: afinal, estava voando numa companhia do meu país, embora a Varig não seja, exatamente, do povo brasileiro. Não cheguei aos excessos de João Paulo II: não, não beijei a terra, não só porque não há terra no aeroporto, como porque a boca que mamãe fez não se destina a beijar a terra, oras.

A alegria da chegada durou pouco: passadas as revisões de passaporte, habituais – dirigi-me à porta onde você aperta um botão e é selecionado eletronicamente para submeter-se ou não à revisão das bagagens pela Polícia Alfandegária. Aí é que comecei a pôr os pés na "terra", não a da "pátria amada, salve, salve", mas a do arbítrio. Meu filho Miguel passou primeiro e foi beneficiado com a isenção da revisão; a mim me tocou as bagagens revistadas. Pensando em "dialogar", palavra do consenso hoje tão pregado e apregoadado, disse ao senhor chefe dos fiscais que ele – o Miguel – era meu filho e como nossas bagagens eram conjuntas, se eu não estava também isento. Áspero, ele retrucou que eu iria para a revisão e se insistisse muito, o garoto também iria. E foi mais longe: já puxou o carrinho do Miguel e à força, obrigou-nos à revisão, recomendando a um dos fiscais "especial atenção para com minhas bagagens". Aí terminou o idílio.

Trabalho inútil o do fiscal, pois não costumo nem mesmo trazer as bebidas que são "direitos" dos viajantes, compradas nos "portos-livres" que todo aeroporto tem. Mesmo porque, vindo da França, não era exatamente de sede de bebida que eu vinha me saciar no Brasil. A história banal, nada exemplar como diria o autor do Dom Quixote, serve para marcar a primeira diferença: somos um país sem direitos. Vindo de uma amarga herança de fundação sobre a base de uma economia escravocrata, a sociedade brasileira foi se constituindo autoritariamente. Em lugar da tese da velha direita de que é preciso um Estado autoritário para constituir-se a Nação, o que existe, de fato, é outra coisa: o autoritarismo é a marca por excelência da formação da sociedade e as diversas formas de Estado autoritário não têm sido, ao longo de nossa história, senão a "conformação" estatal autoritária de uma sociedade intrinsecamente autoritária.

Mesmo sob a República, se fizermos as contas, apenas os escassos 19 anos que mediaram de 1945 a 1964 podem ser entendidos como algo que começava a escapar da camisa-de-força autoritária. E o fracasso do regime populista pré-64 e a posterior subida dos regimes explicitamente autoritários pós-64 têm em comum a impermeabilidade dos regimes políticos brasileiros à presença do povo na política. Não do "povo" mítico, mas concreto: dos trabalhadores e seus sindicatos, das organizações populares e suas associações e, finalmente, mesmo dos partidos políticos que se reclamam – certa ou



equivocadamente – como representantes e portadores da vontade desse povo concreto.

O CIDADÃO SÓ EXISTE NO PAPEL

A atitude do senhor chefe dos fiscais naquele dia em Congonhas revela, mesmo banalmente, essa marca profunda da sociedade e do Estado brasileiros. O cidadão é uma figura que não existe no direito brasileiro, senão formalmente. O que para mim foi um vexame sem maiores conseqüências, para o povo concreto revela-se no cotidiano das filas do INPS, nas conjunturas críticas das greves – sempre negadas, sempre "caso de polícia", como na República Velha – mesmo nas filas dos cartórios, onde o carimbo – reconhecimento de firma – reconhece o cidadão, e até nas operações-limpeza das batidas policiais que prendem quem está sem documento. E, entre nós que escrevemos, de onde vem o termo "periferia", usado e abusado por cientistas sociais, pela imprensa e pelos políticos, senão da negação da condição de cidadão pleno aos habitantes do que não é o "centro" da cidade? Vejam que "periferia", cuja expressão denotava uma distribuição da população pobre no espaço da cidade, a rigor hoje quer dizer "excluído", more onde morar.

Quem não é cidadão, numa sociedade onde a cidadania precisa ser outorgada pelo Estado, deve ser ladrão, contrabandista, gatuno. Foi o que fez o senhor chefe dos fiscais de Congonhas naquele dia: uma revisão "rigorosa" de minhas bagagens. Porque o Estado e seus agentes pensam e concebem o cidadão à sua imagem e semelhança: para um estado baseado no roubo e banditismo, na extorsão que vira lei mesmo escrita – os inúmeros artigos dos Códigos Civil e Penal onde a premissa maior é de que todos os cidadãos são suspeitos por definição – todo viajante é, em potencial, um contrabandista. Imagem e semelhança: o roubo das Capemis, Delfins, Coroa-Brastel, é transferido para outros: para o cidadão-contri-buinte que deve pagar o que a Ca-pemi roubou, ou para outras empresas que absorverão os patrimônios da Delfin e Coroa-Brastel. Não se nega o roubo, o assalto: se transfere a capacidade de roubar, e por esse mecanismo, a rigor se institucionaliza o roubo como a outra face dos processos econômicos de exploração.

Não é à toa que figuras como Maluf e Andreazza têm o topete de apresentar-se como candidatos à presidência da República: o que é que socialmente os sustenta? Seu aventureirismo não paira no ar: ele é uma exalação de uma parte da sociedade. Sou tentado a repetir a velha frase: Cada país tem o presidente que merece. Os Estados Unidos, de tanto martelarem na falsa saga do cow-boy, acabaram por ter por presidente um ridículo ex-ator de cinema, aliás sempre de papel secundário. O Brasil merece os Malufs e Andreazzas da vida? Não. Recuso a facilidade do jogo de palavras: é uma parte da sociedade que os merece. E mais rigorosamente: é a burguesia que os merece.

Encerrado o episódio, reintegrado na terra, no trabalho, no convívio, vi o outro lado do país, da terra sem aspas. Vi a crise, concretamente. Não através dos números frios, mesmo os das taxas de inflação acima dos 200%. Mas diretamente: que fazem as verdadeiras multidões que se concentram nas praças históricas das cidades, procurando



driblar a crise através dos mil expedientes? Procurar sobreviver, através da venda de qualquer bagulho ou da prestação de serviços que a linguagem asséptica dos economistas chama de "informais": um jogo de soma zero que raia até os umbrais da economia simbólica, onde é o simples ato de trocar ou vender que assegura a não exclusão total e irremediável da sociedade de mercado; não se trata nem de ter "lucro", palavra conceitual: trata-se de não ser excluído, de não ficar soterrado exatamente naquelas "periferias", espécie de Admirável Mundo Novo de onde não mais sairão.

Isso revela, por outro ângulo, a absoluta falta de direitos na sociedade brasileira: o trabalhador não tem um seguro-desemprego, não dispõe de nenhum mecanismo de defesa ante uma crise, a mais implacável de nossa história contemporânea. E ainda se assiste e se ouve declarações de autoridades que, no day-after da rejeição da emenda Dante de Oliveira, tratam de distinguir manifestantes legítimos dos "baderneiros". Um simples jogo de palavras, acautelamento para não amplificar os ensaios de saque? Não; a linguagem da exclusão, o reforço da exclusão autoritária, que à maneira da República Velha instaura como legítimo apenas aquele que tem propriedade: quem está desempregado não tem nem a propriedade do seu emprego, logo não pode fazer manifestações.

PASSANDO DA DEFENSIVA À OFENSIVA

Mas, para quem volta, o surpreendente nisso tudo é a admirável resistência popular, que da defensiva passou à ofensiva: que, através da campanha das eleições diretas-já, entrou na política rompendo o bloqueio elitista e institucional. Vi o magnífico comício-passeata do dia 16 de Abril do Anhangabaú. Levei pela mão o Miguel, cuja idade o livra ainda de não amargar nunca ter votado, para participar de seu primeiro comício, seu primeiro ato de minicidade, gritando, cantando, vibrando: escrevo com cuidado que nós não nos somamos às multidões – linguagem freqüente entre os políticos que assim dizem que não são parte das multidões –, pois nós éramos da multidão.

E vi outra coisa magnífica: que o povo concreto – trabalhadores, sindicatos, partidos políticos reconhecidos e proscritos, associações – está muito além do regime, do que se convencionou chamar "classe política", dos militares, das médias e grandes burguesias. Esta é a lição mais importante da crise. E é por isso que ela é tão temida. O regime manteve até aqui o simulacro de uma sociedade que se representa: parlamento, assembleias, eleições. O povo concreto vem transformando-as em seu oposto. Tomando as eleições para si, vem transformando-as no limite do regime; cantou-se no Anhangabaú o "cisne branco" – hino da Marinha –: eleições diretas-já, canto de cisne do regime.

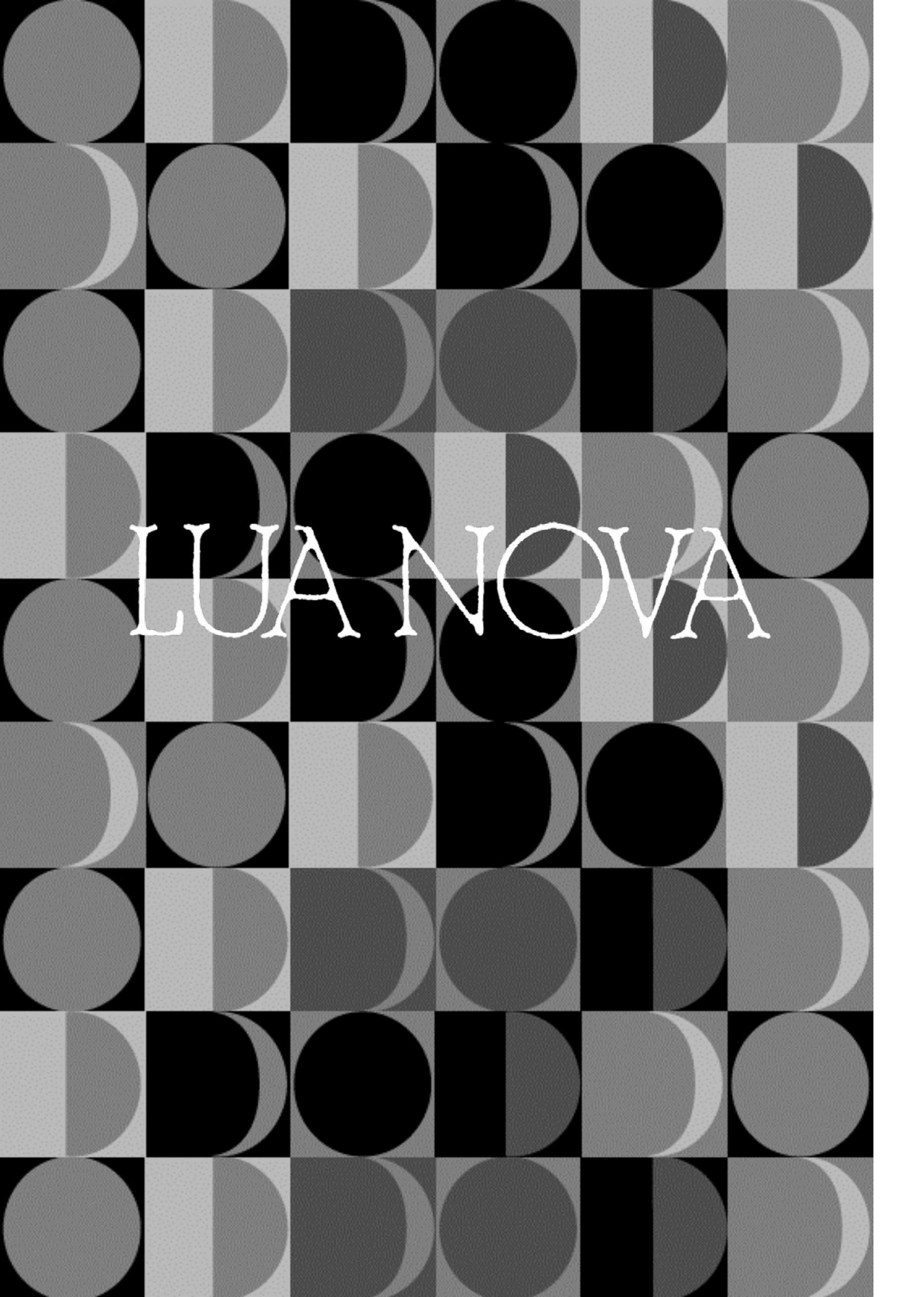
Os amplos movimentos de massa resgataram as eleições da abstração para dar-lhes um conteúdo concreto: para mudar o regime político e o sistema econômico, irmãos xipófa-gos. É isso que assusta. E por isso o assanhamento, a mal contida alegria, o despertar do pesadelo, depois da rejeição da emenda Dante de Oliveira: grande-



burgueses, tec-nocratas do bando do assalto aos cofres do Estado, milicos, aventureiros maluco-andreazzistas, oportunistas aurelianistas, rejubilaram-se, correndo num frenesi de vermes na carniça, em direção à... negociação.

Por isso, é preciso prosseguir. Encostar o regime na beira do abismo e empurrá-lo, vazio abaixo. Não dar folga nem deixar recuperar o fôlego. Foi boa a volta, para viver a reviravolta.





LUANNOVA